
ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

STEFAN H. ROBOCK (*)

A falta de modelos universais constitui uma das limitações básicas para estudar as estratégias do desenvolvimento regional. As políticas e estratégias nacionais variam segundo o grau de desenvolvimento de cada país, seu sistema político, seus valores e metas sociais, integração geográfica de seus recursos e potencialidades de desenvolvimento, sua disponibilidade de informação técnica e econômica e muitos outros fatores.

De qualquer forma, apesar da complexidade do problema e de que qualquer solução concreta deve referir-se a situações específicas, certas questões básicas são manejadas de modo que o seu esclarecimento e melhor compreensão podem tornar mais realistas

O Economista Stefan H. Robock, como perito das Nações Unidas, esteve em missão de assistência técnica junto ao BNB, de 1954/1956, tendo colaborado com a Instituição na estruturação do ETENE e no treinamento de seu pessoal técnico. Retornou por diversas vezes ao Brasil, como assessor de outras instituições nacionais, e, em 1963, publicou o livro **Desenvolvimento Econômico Regional — O Nordeste Brasileiro**, Editora Fundo de Cultura. Foi Economista-Chefe do Tennessee Valley Authority e, além de haver ocupado elevadas funções em importantes instituições e Universidades americanas, esteve em missão de assistência técnica, a serviço das Nações Unidas, na Índia, Colômbia, Venezuela e Chile.

e mais efetivos os esforços para o desenvolvimento econômico.

UM CONTEXTO OPERACIONAL

Estas questões podem ser formuladas dentro de um contexto operacional se se concebe uma situação em que um destacado especialista em ciência regional haja empreendido a tarefa de assessorar um Ministro do Planejamento em matéria de desenvolvimento regional, quer num país desenvolvido ou subdesenvolvido.

Talvez o Ministro do Planejamento admita, inicialmente, que seu país deu acolhida, por algum tempo, a certas metas do desenvolvimento regional politicamente populares, mas que pouco se fez de concreto para a consecução dessas metas. De um modo geral, as metas do desenvolvimento regional compreendem os seguintes pontos:

- a) reduzir as disparidades regionais de renda;
- b) alcançar um desenvolvimento regional equilibrado; e
- c) proporcionar uma ajuda especial às regiões mais atrasadas.

Os responsáveis pelo desenvolvimento podem julgar necessário

ênfatizar dois assuntos adicionais aos citados pelo técnico.

1) As atividades e prioridades do desenvolvimento são determinadas principalmente por decisões políticas. Cabe, quando muito, ao técnico esclarecer o processo político, na esperança de melhorar a qualidade das decisões políticas e de sua implementação.

2) As metas regionais já adotadas não o foram em termos de maximização da taxa de crescimento econômico nacional. Ao invés disso, fundamentaram-se em considerações de justiça social e estabilidade política. A justiça social se promove por uma participação equitativa de toda a população nos benefícios econômicos e sociais. A estabilidade política deve ser melhorada evitando-se o crescimento de disparidades entre as subdivisões políticas, que podem gerar tensões intoleráveis.

Independentemente do que pense a respeito o assessor regional, deve-se reconhecer a ênfase política e social como restrições operacionais nos programas de desenvolvimento.

ALGUNS PRINCÍPIOS GERAIS

Depois de receber um informe inicial, o perito regional pode começar seu trabalho de assessoria através da identificação de uma série de princípios gerais imanentes ao desenvolvimento de um programa ou estratégia. Esses princípios podem parecer simples e indiscutíveis ao perito regional. Mas não são bem conhecidos e totalmente compreendidos pelos responsáveis pelo desenvolvimento ou pelas decisões políticas.

A Inevitabilidade das Disparidades Regionais

Muitos países consideram que as amplas disparidades econômicas e sociais existentes entre diversas regiões constituem um problema especial e exclusivo de seu país. Esta convicção de que as disparidades regionais são anormais e que não se deve permitir que persistam encontra frequentemente seu corolário na doutrina da *equalização* entre as regiões. ⁽¹⁾

Atualmente, reconhece-se melhor que as disparidades regionais constituem um fenômeno universal. Os fatores de crescimento econômico dos recursos, a capacitação da mão-de-obra e o acesso aos mercados não estão igualmente distribuídos entre as regiões de um país, e a mobilidade dos fatores é bastante imperfeita. Ademais, “não existe a menor dúvida de que uma economia, para conseguir maiores níveis de renda, deve desenvolver dentro de si mesma um ou vários centros regionais de força econômica”. Em consequência, “o desenvolvimento desigual entre regiões é um fator concomitante inevitável e uma condição do próprio crescimento”. ⁽²⁾

Portanto, “uma política de *pura equalização* é, necessariamente, inadequada, embora uma política visando a uma maior

1) Walter Isard and Thomas Reiner, **Planning and Analytic Techniques for Implementation** *Regional Economic Planning* (Paris: Organization for European Economic Cooperation, 1961), p. 22.

2) Albert O. Hirschman, **The Strategy of Economic Development** (Yale University Press, 1958), pp. 183-4.

equalização possa, e é provável que seja válida". (3)

Disparidades Regionais

Freqüentemente, as regiões de baixa renda são consideradas de tipo homogêneo. Todavia, por razões de política e de estratégia, é preciso diferenciá-las em função de fatores que expliquem seu baixo nível de renda e potencialidade de desenvolvimento. Uma classificação das regiões de baixos níveis de renda as divide em: 1) áreas deprimidas que estão retrocedendo; 2) áreas em defasagem, isto é, que estão crescendo a taxas inferiores à da maioria das demais regiões; e c) regiões *pioneiras* ou de *fronteira*, essencialmente subdesenvolvidas, como a da Bacia Amazônica, no Brasil.

Outra classificação operacional adotada pela Comunidade Econômica Européia (4) compreende as seguintes subdivisões:

- 1) Regiões que incluem ou estão situadas próximas a um ou mais grandes centros industriais
 - a) Zonas de *antiga* industrialização
 - b) Zonas de indústrias de transformação
 - c) Zonas agrícolas
- 2) Regiões predominantemente agrícolas e de alta densidade de população
- 3) Regiões predominantemente agrícolas, onde a população é disseminada.

3) Isard and Reiner, op. cit., p. 23.

4) Communauté Économique Européenne, *Objectifs et Méthodes de la Politique Régionale dans la Communauté Européenne* (Bruxelles: 23 Mars 1964), II/720:5, 64-F, pp. 11-16.

Nenhuma dessas classificações poderá não ser a mais adequada para um determinado país, mas o princípio da diferenciação das regiões é sumamente importante.

A População — O Verdadeiro Problema

O verdadeiro problema do desenvolvimento nacional ou regional é o bem-estar da população e não unidades políticas inanimadas ou áreas geográficas. Embora a população não tenha grande mobilidade em algumas áreas de um país e durante certos períodos, é de se esperar que ocorram modificações nos deslocamentos humanos e significativas mudanças à medida que se processa o desenvolvimento.

Os líderes políticos tendem a concentrar sua atenção nas áreas geográficas que representam, porque anseiam conservar os seus eleitores em sua jurisdição e que haja incremento na população de suas áreas. Entretanto, o objetivo final do desenvolvimento, isto é, a população, não se fixa geograficamente e o reconhecimento deste fato simples, porém básico, tem profundas implicações nos esforços para conseguir-se o desenvolvimento regional.

Há, naturalmente, exceções a este princípio de dar ênfase exclusiva à população. No caso do norte da Noruega, usou-se de um argumento de defesa nacional ao descentralizar-se as atividades econômicas, a fim de se evitar um vazio econômico e demográfico numa zona fronteiriça politicamente sensível. (5)

5) K. Scott Wood, *The North Norway Plan*, The Christian Mickelsen Institute, July, 1964), p. 23.

A Crucial Perspectiva do Prazo

A perspectiva do prazo é crucial para a formulação e execução dos programas de desenvolvimento regional sob vários pontos de vista. Um aspecto a considerar é a contradição habitual entre metas a curto e a longo prazo.

As pressões políticas favorecem invariavelmente os objetivos e programas a curto prazo — entendendo-se por curto prazo *antes da eleição seguinte*. Assim, os esforços para o desenvolvimento concentrados em objetivos a curto prazo provavelmente fracassarão tanto na consecução das metas de curto prazo como nas de longo prazo. ⁽⁶⁾

A perspectiva do prazo é também crucial porque com o transcurso do tempo é provável que se modifique a situação das disparidades regionais. Alguns economistas chegaram à conclusão, baseados principalmente na análise teórica, de que as forças naturais tendem a criar disparidades regionais cada vez maiores, a menos que ocorra uma decidida intervenção governamental. ⁽⁷⁾

Ná minha própria pesquisa empírica, observei que as disparidades regionais no Brasil se atenuaram em anos recentes ⁽⁸⁾ e o mes-

mo fenômeno, a longo prazo, é bem conhecido nos Estados Unidos.

Um recente e extenso estudo empírico de Jeffrey D. Williamson, com dados de 24 países, indica que as disparidades regionais se distribuem num esquema “em forma de U invertido com relação ao caminho seguido pelo desenvolvimento nacional” ⁽⁹⁾, alargando-se nos primeiros estágios do desenvolvimento e estreitando-se nos posteriores. Todavia, como indica Williamson, sua pesquisa deixa praticamente intata a identificação das causas.

Admitindo que uma parte significativa desta diminuição deve-se a forças inerentes ao desenvolvimento, as possibilidades de influir sobre as disparidades regionais variariam com o tempo e o estágio de desenvolvimento. Ademais, os custos necessários à redução das disparidades regionais, numa etapa inicial do desenvolvimento, podem ser proibitivos.

Nas primeiras etapas do desenvolvimento, quando os recursos para esse fim são limitados, obtêm-se, freqüentemente, progressos mais rápidos com a concentração dos programas num número relativamente pequeno de áreas. Isto é particularmente verdadeiro para desenvolvimento industrial, quando se dá prioridade às indústrias pesadas, orientadas para os recursos ou o mercado e que requerem grandes unidades de produção. O número de projetos será pequeno e haverá pou-

6) Para uma discussão mais completa e exemplos específicos, ver Alvin Mayne, *Designing and Administering a Regional Economic Plan with Special Reference to Puerto Rico*, Regional Economic Planning (Paris: Organization for European Economic Cooperation, 1961), p. 145.

7) Gunnar Myrdal, *Rich Lands and Poor* (Harper & Brother, 1968).

8) Stefan H. Robock, *Brasil's Developing Northeast: A Study in Regional Planning and Foreign Aid* (Washington, DC: The Brookings Institution, 1963), chap.).

9) Jeffrey G. Williamson, *Regional Inequality and the Process of National Development*, Economic Development and Cultural Change, Part II (July, 1965), p. 10.

ca liberdade na escolha da localização das fábricas.

Numa etapa posterior da industrialização, as possibilidades de fomentar o desenvolvimento de um grande número de novos polos de crescimento pode aumentar. O investimento total disponível será significativamente maior e uma mudança nas prioridades deve atribuir maior ênfase às indústrias de bens intermediários e de consumo. Estas novas circunstâncias resultarão em maior número de projetos e maior liberdade de localização.

As Metas Econômicas e Sociais Podem Conflitar

Conflitos potenciais entre as metas sociais e a maximização do crescimento econômico constituem um problema geral do desenvolvimento. Tais conflitos são particularmente agudos em desenvolvimento regional, porque as motivações do bem-estar social são bastante fortes, do ponto de vista nacional. Todavia, os conflitos podem ser freqüentemente superestimados.

O critério meramente econômico para alocação de recursos e esforços para o desenvolvimento é um conceito de relativa simplicidade. Deve-se dar prioridade àquelas alternativas que possam oferecer maior contribuição marginal ao produto adicionado por unidade de insumo ⁽¹⁰⁾. De acordo com este princípio, os economistas

chegam, com freqüência, à conclusão básica de que maiores rendimentos serão conseguidos se se faz o investimento nas regiões mais adiantadas e que crescem com maior rapidez.

Esta conclusão factual está, geralmente, baseada na suposição de que as economias externas e as economias de escala estão presentes, em maior grau, nas áreas desenvolvidas do que nas atrasadas. Uma implicação dessa posição é a de que as áreas mais desenvolvidas estão melhor equipadas com inversões sociais básicas ou que estas podem ser incrementadas mais economicamente para a expansão do que nas regiões menos desenvolvidas.

Mas este raciocínio, a não ser que devidamente comprovado, não deve ser aceito como uma orientação geral. Os serviços sociais básicos nas regiões de rápido desenvolvimento têm, freqüentemente, maior utilização do que nas de menor desenvolvimento e o argumento de que a capacidade de incremento nas áreas que se desenvolvem mais rapidamente tem um custo menor deve ser comprovado. De qualquer modo, toda a questão deve enquadrar-se numa perspectiva de tempo. O argumento pode ter validade a curto prazo em um caso específico mas a longo prazo o incremento do investimento básico nas regiões menos desenvolvidas deve estimular ou apoiar uma taxa do crescimento global ainda mais rápido.

Em outras circunstâncias, a meta social de estimular as zonas de baixa renda não entra em conflito com a que objetiva conseguir o máximo de contribuição para o crescimento econômico. Em

10) Deve-se mencionar que, com freqüência, este critério se aplica de maneira estática. Em termos de resultados imediatos, o rendimento do Projeto A pode diminuir o do Projeto B. Entretanto, num período maior e levando em conta os efeitos secundários do Projeto B, este pode ser preferível.

muitos países, uma meta de desenvolvimento merecedora da mais alta prioridade é a do aumento de divisas. No Brasil, por exemplo, algumas das melhores oportunidades de incrementar as exportações, em anos recentes, estavam nos produtos das regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, o Norte e o Brasil Central. Produtos como o minério de magnésio e de ferro e as fibras de sisal tiveram melhores oportunidades como geradores de divisas do que o café, proveniente do Sul, altamente desenvolvido. O açúcar e o algodão, produzidos tanto no Sul como no Nordeste, também tiveram bons mercados internacionais nos últimos anos. O fato é que, em termos de programas específicos e na base de critérios econômicos, as regiões menos desenvolvidas podem ter alta prioridade em alguns programas de desenvolvimento nacional.

O mais provável, todavia, é que as metas para acelerar o desenvolvimento econômico e de dividir os benefícios econômicos e sociais a todas as regiões do País estejam em conflito. Como se verá mais adiante, podem haver consideráveis vantagens práticas em se considerar os problemas econômicos e sociais isoladamente na formulação das estratégias de desenvolvimento regional.

Algumas Limitações aos Esforços de Desenvolvimento Regional

Os esforços de desenvolvimento regional, realizados quer em nível nacional ou local, podem ter sua eficácia grandemente reduzida, em virtude de significativas limitações existentes. Uma dessas limitações pode ser a influência

dos mercados internacionais sobre a considerável produção exportável de certas regiões.

O caso do Nordeste do Brasil ilustra o papel que os fatores fora do controle da região ou do país exercem na redução das disparidades regionais. A diferença entre os níveis de renda *per capita* entre o Nordeste e o País como um todo aumentou depois da Segunda Guerra, a partir de 1955, porém tem havido uma redução significativa nessa diferença. Na explicação deste fenômeno, o Governo ressaltava a importância de sua intervenção, ao criar uma nova fonte de energia elétrica regional e de investir nos campos de petróleo da Bahia. ⁽¹¹⁾ Um ex-funcionário do Governo, que exerceu elevadas funções no Nordeste, atribuiu a redução das disparidades regionais no período 1955 a 1960 ⁽¹²⁾ ao novo programa de desenvolvimento regional da SUDENE, embora essa instituição não tenha efetivamente iniciado suas atividades antes de 1960. Apesar da tendência natural de o Governo levar a seu crédito os méritos deste fenômeno, uma análise acurada dos dados disponíveis indica que o principal fator que explica o crescimento relativo da renda do Nordeste do Brasil foi uma mudança favorável, anteriormente ocorrida nos mercados internacionais de alguns dos principais produtos exportáveis da região — principalmente açúcar, algodão e sisal — e uma mudança desfavorável nos mercados de ex-

11) Ministério do Planejamento e Coordenação. *Programa de Ação do Governo: Documentos EPEA*, n.º 1, novembro de 1964, p. 45.

12) Em meados de 1965, as estimativas oficiais de renda para depois de 1960, no Brasil, não estavam disponíveis.

portação do café, que é produzido nas regiões de maior renda do Sul. ⁽¹³⁾

Outra limitação aos esforços para o desenvolvimento regional consiste no impacto geográfico real dos investimentos. Os benefícios resultantes de novos investimentos que podem ser aproveitados na região variam consideravelmente, segundo a natureza do projeto e a etapa de desenvolvimento em que se encontra a área. Com frequência, os benefícios reais para uma região específica são muito inferiores às expectativas.

Nos Estados Unidos muitos atribuíram o rápido desenvolvimento do Vale do Tennessee à grande quantidade de investimentos públicos realizados na região. Todavia, a maior parte dos estímulos iniciais das inversões ocorreu fora do Vale. A quase totalidade das novas inversões destinara-se às áreas desenvolvidas dos Estados Unidos, para aquisição de equipamento para construção, turbinas, geradores elétricos, material de linhas de transmissão etc. Por muitos anos, Pittsburgh, na Pensilvânia, e Schenectady, em Nova York — onde se encontram os principais produtores de equipamentos para produção de energia elétrica — receberam um maior impacto imediato do que o Vale do Tennessee ⁽¹⁴⁾.

Um investimento numa região de baixa renda que amplia a sua capacidade produtiva pode contribuir de maneira significativa e permanente para os níveis de renda e emprego regionais. Mas numa região de baixa renda predominantemente agrícola, grande parte do impacto indireto dos dispêndios de investimentos no desenvolvimento dos recursos ou em projetos industriais se localiza provavelmente fora da região e mesmo fora do país.

Uma terceira limitação aos esforços para o desenvolvimento regional refere-se à deficiência de dados e de instrumental de análise. Alguns cientistas e estudiosos parecem ter uma preferência profissional em desenvolver instrumentos cada vez mais sofisticados, que exijam cada vez mais dados e treinamento de natureza técnica. No intuito de tentar a aplicação de algumas das novas ferramentas básicas para a análise regional, em situações operativas tão diversas como as do sudeste dos Estados Unidos, Bolívia e Índia, cheguei à conclusão de que os peritos regionais têm uma excelente oportunidade de desenvolver técnicas adaptáveis a situações em que hajam dados dispersos e escassez de pessoal altamente especializado.

A complexidade de muitas ferramentas de análise regional não é a única limitação operativa em matéria de informação e instrumental analítico. A pertinência ou adequação de certas ferramentas básicas, como a análise de custo-benefício, constitui um problema adicional. H. C. Bos, ao analisar esta questão, concluiu que “é necessário dispor de um método de apreciação dos projetos de investimento que leve em consideração

13) Stefan H. Robock, op. cit., cap. 3.

14) Stefan H. Robock, *Integrated River-Basin Development and Industrialization: The Tennessee Valley Experience*, United States Papers Prepared for the United Nations Conference on the Application of Science and Technology for the Benefit of the Less Developed Areas, vol. IV, Industrial Development (United States Government Printing Office, 1963).

as circunstâncias específicas dos países subdesenvolvidos de maneira mais adequada que a análise custo-benefício, tal como se aplica num país desenvolvido como os Estados Unidos. ⁽¹⁵⁾

O problema da adequação das técnicas de custo-benefício pode ser ampliado de forma que não se aplique somente às circunstâncias existentes em países subdesenvolvidos, mas também aos programas de desenvolvimento de um modo geral. Ao procurar-se estimular o desenvolvimento, o principal teste econômico para um projeto específico deve ser sua potencialidade de criar e alimentar uma corrente principal de forças de desenvolvimento. Os estudos de custo-benefício se orientam mais no sentido da elaboração de cálculos monetários como instrumento de justificação econômica do que para a criação de um caminho a ser seguido na consecução do desenvolvimento econômico.

Decisões Políticas Governamentais versus Decisões de Investimento

Grande parte dos debates e controvérsias sobre o desenvolvimento regional, em determinados países, tem como tema principal as decisões sobre investimento, tais como os sistemas de prioridades e a localização do investimento público. Todavia, outras decisões políticas governamentais, que não aquelas sobre investimento público, podem ter maior influência sobre os padrões de desenvolvimento regional.

No campo das tarifas e da política de comércio exterior, o sistema de proteção da indústria nacional ou para matérias-primas e para determinados produtos agrícolas ou os subsídios à exportação pode afetar de modo significativo os padrões do desenvolvimento regional.

No campo da regulamentação oficial dos negócios, muitos aspectos da política de ação governamental têm importância regional. Por exemplo, o Departamento Autônomo do Vale do Tennessee estimulou a descentralização industrial através de um programa uniforme de energia elétrica para todas as localidades em sua área de serviço. Evidentemente, os custos da energia são menores no ponto em que se gera por causa da economia dos custos de transmissão. Mas o TVA não queria fomentar a concentração industrial numas poucas localidades produtoras de energia.

A política de fretes pode ser importante, como vem defendendo o sudeste dos Estados Unidos há várias décadas. ⁽¹⁶⁾ A regulamentação do salário-mínimo, que contribui para reduzir os desequilíbrios regionais, pode inibir o desenvolvimento das áreas pobres com excedentes de mão-de-obra. ⁽¹⁷⁾ A distribuição dos poderes fiscais entre os governos federal, estadual e local e outros aspectos da política tributária têm importantes implicações regionais, assim como os programas de apoio aos preços nacionais e de subsídios para o setor agrícola.

15) H. C. Bos, *Discussion Paper, Regional Economic Planning* (Paris: Organization for European Economic Cooperation, 1961), p. 372.

16) Calvin B. Hoover & B. U. Ratchford, *Economic Resources and Policies of the South* (New York: The Macmillan Company, 1951) pp. 78-84.

17) Robock, *Brazil's Developing Northeast*, op. cit., pp. 148-9.

É possível que as discussões sobre políticas não despertem tanta atenção ou controvérsia para a região como as decisões de investimentos. As implicações regionais das decisões de política não são tão claras ou tão visíveis como as da localização de uma nova instalação física. Todavia, as questões de política constituem os fatores cruciais de influências regionais.

As Tendências Tecnológicas como Forças Regionais Básicas

A tecnologia é um fator dinâmico que opera como força restritiva contínua nos esforços para o desenvolvimento regional. Gunnar Myrdal ressaltou recentemente o papel da intensidade de capital e a tecnologia agrícola em larga escala como barreira ao desenvolvimento. Ele argumenta que a indústria, na maioria dos países subdesenvolvidos, não pode criar emprêgo em nível adequado para absorver uma grande e crescente força de trabalho agrícola e que, "em consequência, a política agrícola deve orientar-se no sentido de uma utilização mais intensiva de uma força de trabalho subutilizada...". (18) A solução que ele propõe, com grandes implicações para as zonas rurais, é o desenvolvimento de uma tecnologia agrícola intensiva de trabalho.

Ao discutir o problema da urbanização e da conveniência da dispersão industrial na Índia, o Prof. John P. Lewis resalta o papel que pode exercer a tecnologia de menor escala e intensidade de ca-

pital. (19) O projeto Asimow para o Nordeste do Brasil é um exemplo de um projeto real, em que se desenvolveu uma tecnologia de pequena escala para a produção de cimento, a fim de atender às necessidades de uma zona do interior. (20)

A restrição tecnológica tem muitos outros aspectos, afora a escala econômica de operações. Os padrões regionais se transformam com as mudanças tecnológicas em transportes e comunicações, com o desenvolvimento do processo industrial que altera os esquemas de insumos e com a descoberta de novas tecnologias, tais como a dessalinização da água e a energia nuclear.

Sem se aprofundar mais nas formas em que a tecnologia pode influenciar na localização da atividade econômica e nos padrões de desenvolvimento regional, deve-se esclarecer que as projeções das tendências tecnológicas são necessárias à formulação das estratégias de desenvolvimento regional. Deveria ser óbvio, também, que os programas de pesquisa tecnológica, que pode ter influência nos padrões regionais, fôssem um componente dos programas de desenvolvimento regional.

Necessidade de Atenção Especial à Urbanização

O fenômeno da urbanização tem sido, em muitos países, uma questão altamente emocional. O ponto de vista rural de que o úni-

18) Gunnar Myrdal, *Jobs, Food and People*, International Development Review (June, 1965).

19) John P. Lewis, *Quiet Crisis in India* (Washington, DC: The Brookings Institution, 1962), pp. 179-82.

20) Morris Asimow, *Project Brasil, A Case Study in Micro-Planning*, International Development Review (June, 1964).

co modo de vida bom é o do campo está amplamente divulgado no mundo. Não é para se surpreender, todavia, que grande parte da atenção oficial dispensada à urbanização considere o fenômeno como uma força diabólica que deve ser destruída. E quando se lhe dá atenção específica nos programas de desenvolvimento, dá-se ênfase à descentralização e aos programas de melhoria rural, os quais implicitamente admitem que a urbanização deve ser evitada.

A urbanização merece atenção especial, mas a questão deve ser apreciada de maneira realística e com o mínimo de dogmatismo. A urbanização parece ser um fator concomitante inevitável do crescimento econômico, em virtude de que, como observa Lloyd Rodwin, "através de processos ainda não perfeitamente compreendidos, o crescimento parece ter mais probabilidade de conseguir auto-impulso nas grandes cidades..."⁽²¹⁾ O verdadeiro desafio consiste em compreender o papel da urbanização no desenvolvimento e incorporar programas racionais e realistas no planejamento do desenvolvimento para orientar e moldar o que possa ser uma força imutável ou uma tendência inevitável.

Orientação da Estratégia

O hipotético Ministro do Planejamento e o assessor de desenvolvimento regional, depois de discutirem entre si os aspectos políticos e os princípios básicos do desenvolvimento regional, podem

formular, em seguida, os lineamentos da estratégia. Boa parte da estratégia, naturalmente, derivará dos princípios gerais anteriormente discutidos e os programas específicos que se empreendam variarão de acordo com as circunstâncias do país a que se refere.

Os lineamentos da estratégia, que se referem a uma ampla gama de objetivos e atividades, podem ser agrupados em três categorias. A primeira compreende o estabelecimento de certos pré-requisitos necessários. A segunda categoria inclui esforços para incorporar considerações regionais às atividades públicas e privadas para o desenvolvimento. A terceira categoria compreende o estímulo a novos programas que atendam a necessidades específicas do desenvolvimento regional.

Estabelecimentos dos Pré-Requisitos Necessários

Como a Comissão do Mercado Comum adequadamente assinalou "a escolha e a execução de uma política de desenvolvimento econômico e social numa região requer um profundo conhecimento da situação presente e do desenvolvimento espontâneo previsível".⁽²²⁾ Em face de, normalmente, não existir o necessário conhecimento profundo porque os recursos para empreender estudos técnicos e de planejamento são limitados e dado que a programação dos estudos técnicos deve coincidir com as decisões políticas, é preciso adotar uma estratégia explícita para incrementar a disponibilidade de dados e análises regionais.

21) Lloyd Rodwin, *Metropolitan Policy for Developing Areas, Regional Economic Planning* (Paris: Organization for European Economic Cooperation, 1961).

22) Communauté Economique Européenne, op. cit., p. 101.

Algumas das características dessa estratégia seriam o estabelecimento de prioridades para determinadas pesquisas e atividades de planejamento, a procura de técnicas simplificadas e poupadoras de recursos e a expansão dos esforços de pesquisa além das atividades dos organismos de desenvolvimento nacional de modo a estimular os grupos regionais estaduais e locais a se tornarem ativamente responsáveis por estudos de planejamento em suas áreas.

Numa situação concreta, é mais importante dispor dos resultados de pesquisas relativamente menos sofisticadas por ocasião das decisões — admitindo que os estudos de planejamento representam uma melhoria sobre o nível de conhecimento predominante — do que contar com estudos altamente sofisticados e completos depois de as decisões terem sido tomadas. Na Bolívia, a Comissão de Planejamento, que trabalha de acordo com o seu próprio programa e com as técnicas de planejamento mais avançadas, terminou seu trabalho dois anos depois que a maior parte das decisões básicas haviam sido tomadas pelo Governo. Quando os estudos estavam disponíveis, a Comissão de Planejamento ficara quase completamente isolada do centro das decisões e ações do desenvolvimento.

A descentralização do planejamento regional e as atividades de desenvolvimento que foram recomendadas exigem que os organismos de desenvolvimento nacional assumam, em contrapartida, uma série de responsabilidades. Entre elas encontram-se as seguintes: apoiar os estudos de pré-investimento e pesquisas que

permitam identificar e melhor avaliar os recursos naturais; exigir que todo planejamento nacional para setores específicos inclua uma identificação e análise das implicações regionais de tais planos; elaborar projeções nacionais que possam servir de orientação aos estudos regionais e proporcionar assistência e treinamento técnico aos grupos regionais, estaduais e locais que, de um modo geral, não têm condições de competir para obter os melhores técnicos de planejamento do país.

Os programas de treinamento têm uma importância especial. Eles aumentam tanto a oferta de técnicos como a disponibilidade de dados e análises através de inclusão de trabalhos supervisionados durante o treinamento. Ademais, os programas de treinamento podem estabelecer canais de comunicação entre os diversos técnicos que trabalham num país.

A medida que se dispõe de mais dados e conhecimentos, um programa contínuo e multidimensional pode ser empreendido com o objetivo de incrementar a compreensão oficial e pública das questões do desenvolvimento regional. De modo particular, as possibilidades e limitações para influenciar os padrões regionais devem ser amplamente divulgadas.

Os peritos regionais podem considerar tais atividades educacionais ou de *propaganda* alheias à sua responsabilidade profissional. Todavia, de um ponto de vista operacional, tais esforços são absolutamente essenciais para assegurar a aceitação dos tipos de programas que o técnico provavelmente proporá. Esses esforços têm dado excelentes resultados tanto na Índia como no Brasil.

O esclarecimento da opinião pública pode ser feito de muitas maneiras. As pesquisas devem ser publicadas, estimulando-se sua discussão pública. A qualidade do ensino sobre desenvolvimento regional nas escolas superiores deve ser melhorada. Seminários de treinamento devem ser patrocinados para funcionários governamentais, universitários e mesmo para políticos e técnicos em planejamento.

Outro aspecto do que se convencionou chamar o estabelecimento dos pré-requisitos necessários — além da ampliação do conhecimento técnico e da compreensão pública — consiste em realizar um esforço deliberado para estender as perspectivas de tempo nos planos e expectativas de desenvolvimento. Este objetivo pode ser alcançado, em partes, através do programa de melhor esclarecer a opinião pública a respeito das questões de desenvolvimento regional, tais como o fenômeno observado de que as disparidades regionais tendem a diminuir nas etapas posteriores ao desenvolvimento.

Um enfoque adicional e mais concreto, todavia, consistiria em preparar projeções ou planos a longo prazo, nos quais as mudanças dos padrões regionais sejam descritas com algum detalhe. Esse tipo de projeções nacionais e regionais a longo prazo foi recentemente concluído no Brasil como parte de planejamento para o aproveitamento do seu potencial elétrico. As projeções sugerem, por exemplo, que as siderúrgicas devem localizar-se provavelmente no Nordeste e no Extremo Sul, áreas que atualmente não produzem aço, à medida que a produção nacional alcance certo ní-

vel esperado durante a próxima década.

Tais projeções a longo prazo podem servir de promessas futuras implícitas para as zonas não atendidas no presente. Podem, por outro lado, reduzir as pressões políticas para tomada de medidas de curto prazo que resultam numa dispersão regional antieconômica das novas atividades.

Incorporação de Considerações Regionais nas Atividades em Curso

A segunda etapa da estratégia regional consiste em incorporar considerações regionais nas atividades em vias de realizar-se, tais como as decisões sobre investimentos públicos e privados, bem como aspectos da política governamental. A distribuição regional do investimento público será apenas mencionada de maneira breve, porque as questões estratégicas relacionadas com o estabelecimento das prioridades para investimentos têm sido amplamente discutidas nos círculos profissionais e são mais conhecidas do que a maioria das questões incluídas neste estudo.

O problema geral nas decisões sobre investimento público é o da competência entre prioridades e recursos escassos. Dentro dessa estrutura, prossegue o debate sobre o papel e o momento oportuno dos investimentos de infra-estrutura em regiões pobres ou atrasadas e a questão conexa da dispersão regional de investimento frente à concentração de investimento em pontos de crescimento ou áreas de grande potencial para tornar-se altamente dinâmicas.

Minha própria convicção sobre o problema é a de que a infra-es-

trutura em si não gerará um crescimento auto-sustentado e de que os investimentos infra-estruturais devem vincular-se a potenciais identificados para maior atividade econômica na agricultura, na mineração, na indústria ou no setor terciário. Quanto ao problema da dispersão *versus* concentração, a resposta varia no tempo e depende do estágio de desenvolvimento, conforme já mencionado.

As pressões para dispersão do investimento são usualmente baseadas nas necessidades políticas e aspectos de bem-estar social. Assim, uma estratégia efetiva consiste em tratar separadamente as questões de desenvolvimento e bem-estar social e dar ênfase ao princípio de que o homem, mais do que as áreas inanimadas, constitui o verdadeiro problema do desenvolvimento.

É difícil decidir se se deve aumentar a alocação de recursos escassos para melhorar os níveis de bem-estar às expensas de uma menor expansão na produção econômica. Entretanto, a reserva de uma parte ligeiramente maior para programas que melhorem as condições de vida nas áreas pobres pode ser um preço conveniente a pagar para se conseguir maior liberdade na seleção de lugares mais produtivos para os demais recursos destinados ao desenvolvimento.

Ademais, o investimento em recursos humanos, através de programas educacionais e de saúde, mesmo que estejam largamente dispersos por todo o país, talvez não signifique um sacrifício para um maior desenvolvimento econômico. O investimento em recursos humanos cria um recurso

nacional e não apenas local. A população beneficiada, se necessário, pode emigrar, a fim de oferecer sua contribuição às áreas de mais rápido crescimento.

Influenciar nos investimentos privados pode ser, em muitos casos, mais importante do que nos investimentos públicos. A estratégia do uso de impostos especiais e de outros incentivos financeiros para estimular o investimento privado em regiões pobres e atrasadas é muito conhecida e se aplica com êxito em muitas situações. A identificação de oportunidades de investimento através de estudos técnicos pode ser também extremamente produtiva para atrair investimentos privados porque a falta de conhecimentos das potencialidades da região pode constituir uma séria barreira ao desenvolvimento regional.

Além das decisões sobre investimento público e privado, é preciso incorporar considerações regionais nas decisões sobre políticas públicas. Deve-se reconhecer que o impacto regional de certas políticas poderá não ser a consideração decisiva. Todavia, as implicações regionais das políticas governamentais devem ser continuamente identificadas e analisadas. Um tal investimento em estudos técnicos pode resultar, em muitas situações, num elevado desenvolvimento regional. Em alguns casos, as decisões políticas serão modificadas, desde que os objetivos do desenvolvimento regional sejam melhor alcançados. Em outros, a adoção de políticas e programas separados das decisões de investimento pode tornar-se um caminho certo e efetivo de atingir os objetivos do desenvolvimento regional.

Novos Programas para Satisfazer as Necessidades do Desenvolvimento Regional

Na maioria dos países, a implantação de novos programas pode ser uma estratégia mais adequada para satisfazer as necessidades do desenvolvimento regional do que interferir nas decisões e atividades em curso. Farei comentários sucintos sobre três tipos de programas de que se pode necessitar.

Muitos países subdesenvolvidos negligenciaram quase totalmente o problema da urbanização nos seus planos e programas de desenvolvimento. Por isso, pode existir uma urgente necessidade de estudos técnicos e da formulação de uma explícita política de urbanização.

Freqüentemente, uma segunda omissão é a de um programa afirmativo e explícito para orientar e facilitar a migração interna, a qual pode atuar como um fator decisivo na redução das disparidades regionais de renda. ⁽²³⁾ Os países do Mercado Comum Europeu reconheceram este fato e tomaram medidas para dar à sua

população a oportunidade de contribuir e participar na prosperidade geral através da emigração dentro da área do MCE. A emigração tem sido um dos principais fatores de redução das disparidades regionais dentro dos Estados Unidos, Brasil e muitos outros países. Entretanto, as políticas e programas governamentais, de um modo geral, são neutras ou contrárias à migração.

Um comentário a ser feito entre parênteses é o de que tanto a emigração interna como as possibilidades de que o planejamento familiar contribuam para a redução das disparidades regionais merecem maior atenção.

Minha sugestão final sobre novos programas possíveis refere-se à tecnologia. A maior parte dos países formula sua estratégia de desenvolvimento regional na suposição de que as tendências tecnológicas do país estão fora de controle. Ao mesmo tempo, a meta para alcançar a dispersão geográfica e aliviar a concentração urbana pode ser frustrada pelas tendências atuais para melhores escalas de operação, para técnicas de grande intensidade de capital e para processos que utilizam insumos mais economicamente disponíveis nos poucos países altamente industrializados, responsáveis pela maioria das mudanças tecnológicas mundiais.

Suponha-se que os custos sociais da crescente urbanização que resultam das tendências tecnológicas foram incluídos nos cálculos da tecnologia desejável e possível, em vez de deixar essas decisões unicamente ao critério do benefício privado. Suponha-se que a influência da tecnologia sobre as possibilidades de alcançar as metas do desenvolvimento regio-

23) É interessante assinalar os resultados estatísticos da emigração. As disparidades regionais são geralmente medidas em termos de renda *per capita*. Se um número de pessoas subempregadas ou desempregadas passam de uma zona de baixa renda para outra de renda elevada, é provável que se reduzam as disparidades regionais. Na maioria dos casos, a emigração não afeta a produção total ou a renda da região pobre, mas a renda *per capita* da região pobre se eleva. Os que emigram para as regiões de alta renda podem permanecer desempregados ou trabalhar em atividades cujos salários sejam inferiores às médias regionais, exercendo assim uma pressão para baixa de renda *per capita*.

nal de uma maneira eficiente foi uma consideração explícita no desenvolvimento tecnológico. Não seria provável, então, que as opções tecnológicas disponíveis para os países em qualquer estágio de desenvolvimento pudessem ser consideravelmente melhoradas?

Admita-se, por exemplo, que os Estados Unidos quisessem diminuir a tendência de urbanização e reduzir a gigantesca demanda que ela cria sobre os recursos governamentais. Haveria alguma dúvida de que uma diminuta porção do que está sendo gasto na tecnologia espacial poderia alterar dramaticamente o uso do espaço na Terra?

Discute-se cada vez mais sobre as possibilidades de influir nas tendências tecnológicas à medida que afetam aspectos espaciais do

desenvolvimento industrial, agrícola e urbano, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Foram levados a cabo, com êxito, pequenos projetos-piloto, que desenvolveram uma tecnologia industrial de uma escala menor altamente econômica e de menor intensidade de capital, adaptada às necessidades de desenvolvimento de certas áreas. Mas a discussão não chegou ainda ao ponto de concentrar os principais esforços nacionais e internacionais numa estratégia que vise a ampliar as opções ou remover certas restrições tecnológicas que limitam as possibilidades de serem atingidas as metas de desenvolvimento espacial.

Estas são algumas das reflexões de um cientista regional, orientado no sentido prático, sobre a questão das estratégias de desenvolvimento regional.

CONSUMO ALIMENTAR NO NORDESTE URBANO

HÉLIO A. DE MOURA

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, o Nordeste ⁽¹⁾ tem apresentado períodos alternativos de prosperidade e atraso econômicos relativamente à economia do País como um todo. Após meio século de estagnação, durante o qual a renda *per capita* nordestina decresceu a um mínimo de apenas 42% da média brasileira, uma nova tendência para a redução nas disparidades regionais da economia brasileira tornou-se evidente em fins da década dos cinquenta. ⁽²⁾

Embora ainda muito baixa, a renda *per capita* nordestina ⁽³⁾ no início dos anos sessenta, segundo estimativas da SUDENE, já representava 54% da média brasileira. ⁽⁴⁾ Esta *performance* é tanto

mais significativa ao se levar em conta que o período também foi de acentuado desenvolvimento econômico no Centro-Sul do País.

A última metade dos cinquenta coincidiu com uma importante mudança na política governamental, objetivando o desenvolvimento econômico regional. Planejamento e coordenação dos investimentos públicos de infra-estrutura e de caráter social, assim como outros estímulos e incentivos diretos e indiretos à atividade empresarial da área tornaram-se as bases para a execução de uma política visando ao desenvolvimento econômico do Nordeste.

Nessa política, grande atenção foi dada à industrialização da área. Sem discutir tôdas as suas razões, fatores, implicações e consequências, pode-se afirmar estar êsse fato associado à necessidade de absorver parte da substancial massa de desempregados, residindo ou se deslocando para os núcleos urbanos da Região.

Além disso, a ênfase no tocante ao desenvolvimento industrial, também pode ser considerada em termos de uma ação visando a imprimir maior dinamismo ao setor agrícola.

Uma população urbana em expansão representa, na realidade, crescentes necessidades de bens

- 1) O Nordeste aqui considerado compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
- 2) Stefan Robock, **Brazil's Developing Northeast**, Washington, The Brookings Institution, 1963, p. 45.
- 3) Cerca de 150 dólares — e, na América Latina é superior apenas à da Bolívia, Haiti e Paraguai e aproximada à renda *per capita* do Equador. Vide Stefan Robock, *op. cit.*
- 4) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), **Terceiro Plano-Diretor para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, 1966-1968**, Recife, 1966, mimeo.

agrícolas por parte de coletividades que, por si próprias, não são supridoras dos mesmos. Mais ainda, se estão a ocorrer incrementos na renda *per capita* regional, com a particularidade de que o grau de concentração da renda em favor do setor esteja aumentando, isso virá a significar que os consumidores urbanos mais e mais estarão se habilitando a modificar quantitativa e qualitativamente seus padrões de consumo. Se, entretanto, por razões de ordem econômica, social e institucional, aquelas necessidades não puderam ser atendidas ou somente puderem ser parcialmente atendidas pelo setor primário, apenas ocorrerão incrementos persistentes nos preços relativos dos produtos agrícolas criando nova ordem de entraves ao desenvolvimento das próprias atividades tipicamente urbanas.

No que toca particularmente à categoria de produtos agrícolas representada por alimentos, o problema assume maior relevância dada uma série de razões. Em primeiro lugar, importa considerar, num sentido geral, a satisfação das próprias necessidades do indivíduo, da família ou da coletividade, fim último em função do qual se almeja o desenvolvimento econômico.

Cumprir notar, em seguida, que a baixa produtividade do fator humano em países subdesenvolvidos está também associada aos baixos padrões de consumo alimentar prevalecentes nessas áreas. Como se sabe, a relação entre produtividade do fator humano e salários não é, na prática, unilateral. Em áreas subdesenvolvidas, os baixos níveis de remunerações de substanciais contingentes de pessoas pobres

podem ser vistos não só como efeito mas, também, como causa da baixa produtividade do fator trabalho. (5)

Outro argumento ponderável que também demonstra a relevância do problema está relacionado com a baixa elasticidade-preço da demanda por alimento, associada à elevada participação desse item nos orçamentos das unidades consumidoras de áreas subdesenvolvidas. Como já foi observado, isso vem a significar que mesmo um crescimento moderado da demanda à frente da oferta causa abruptos incrementos nos preços, o que leva a descontentamentos populares e pressões sobre a taxa de salários, com conseqüentes efeitos adversos sobre os lucros industriais, o investimento e o crescimento econômico. (6) Pode-se, inclusive, admitir que esse processo somente viria a estimular cada vez mais a adoção de tecnologia menos intensiva no uso do fator humano.

As informações disponíveis revelam que o custo da alimentação nas capitais nordestinas vem crescendo mais rapidamente do que em algumas das mais importantes da região Centro-Sul. Por exemplo, entre os anos extremos do período 1948/1966, os números índices do custo da alimentação se multiplicaram de mais de 120 vezes nas capitais nordestinas, sendo que em Natal, João Pessoa

5) Vide, a propósito, Nelson Chaves, *Nutrição e Desenvolvimento do Encéfalo*, pp. 233-245, in Alberto Tamer, *O Mesmo Nordeste*, Ed. Herder, São Paulo, 1968.

6) F. Johnston & John W. Mellor, *The Nature of Agriculture's Contribution to Economic Development*, Food Research Institute, Stanford University, n.º 3, nov. 1960, trad. à pág. 341.

e Aracaju os múltiplos atingiram grandezas não inferiores a 140 vezes. Enquanto isso, tais elevações foram de 119 vezes na Guanabara, 118 vezes em São Paulo, 108 vezes em Niterói, 107 vezes em Belo Horizonte e apenas 103 vezes em Porto Alegre. Vale notar ainda que, excetuando Salvador e Teresina, o incremento verificado no custo da alimentação nas capitais nordestinas superou, no mesmo período, o do custo de vida em geral, ao passo que se registrou, nas principais cidades sulistas, uma tendência oposta ou uma quase equiparação nas respectivas taxas de crescimento dos índices. (7) Esta observação pode deixar entrever que, no Nordeste, e ao contrário do Centro-Sul, maiores parcelas dos orçamentos das unidades consumidoras estariam sendo devotados à alimentação, impedindo a liberação de parcelas crescentes visando a uma maior diversificação do consumo de outros itens do dispêndio.

Reconhecendo a importância do problema e visando a fornecer subsídios às instituições governamentais interessadas ou às quais está afeta a problemática do desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste apresenta-se uma análise do consumo alimentar no Nordeste urbano. Baseia-se nas informações que constam de trabalhos específicos sobre o assunto, coletadas por amostragem, e que foram prestadas por 581 famílias (3.558 pessoas) residentes no Recife em 1960, 563 famílias (3.173 pessoas) em Salvador, em 1962,

500 famílias (cêrca de 3.000 pessoas) em Fortaleza, em 1962, e 196 famílias (cêrca de 1.200 pessoas) residindo em São Luís, em 1963. (8)

Serão destacados, inicialmente, os principais aspectos do crescimento demográfico urbano, visando a fornecer subsídios para uma melhor compreensão dos padrões de consumo alimentar. Aqui serão abordadas as principais tendências e projeções referentes ao citado crescimento, composição etária e relações entre população e renda.

O consumo alimentar propriamente dito será tratado em termos de sua relação de dependência à renda familiar e das características peculiares do consumo de alimentos nas diferentes cidades sob observação.

Tentar-se-á, em seguida, fazer uma avaliação dos padrões da dieta no Nordeste urbano. À medida do possível, serão traçados paralelos com resultados e informações referentes a áreas desenvolvidas ou subdesenvolvidas do Globo.

Finalmente, vale ressaltar que apesar de suas naturais limitações, os resultados parecem ser satisfatórios para os fins deste trabalho. Acredita-se que se interpretados mais como indicadores, as falhas e tendenciosidades não serão de ordem a distorcer e invalidar as conclusões obtidas.

7) Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Anuário Estatístico do Brasil**, vols. 14 (1953) e 29 (1968), IBGE-CNE, Rio de Janeiro, pp. 332 e 310, respectivamente.

8) Esses trabalhos já foram divulgados pelo BNB/ETENE em publicações específicas. Posteriormente, a SUDENE (DAA) divulgou resultados de pesquisas semelhantes por ela empreendidas em João Pessoa, Natal e Macaíó. Acha-se em fase de realização pelo referido órgão um trabalho complementar a esta análise, incluindo as mencionadas cidades.

2. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO URBANO NO NORDESTE

2.1. *As Tendências da Expansão Demográfica Urbana*

O rápido crescimento da população urbana vem sendo, a exemplo do que ocorreu praticamente em todos os países do mundo, uma das características marcantes do Nordeste, desde a década dos quarenta. Em 1940, por exemplo, a população nordestina representava apenas um quinto da população total. Esta proporção já ascendia a um quarto no fim da década e a um terço no início dos sessenta. Na data do último Censo, isto é, 1960, cerca de 7,7 milhões de pessoas já viviam em cidades e vilas do Nordeste e isto representou um incremento absoluto de quase 3 milhões de pessoas na população urbana em apenas uma década, ou, em termos relativos, foi equivalente a uma taxa de incremento geométrico anual que atingiu a 5%.

Por outro lado, o crescimento urbano no Nordeste tendeu a se concentrar na faixa costeira, onde se encontram as mais importantes cidades da área, algumas delas datando da época do descobrimento do País. Assim, as três maiores — Recife, Salvador e Fortaleza — incrementaram, nos anos cinquenta, de 25 para 28 por cento a sua participação conjunta em relação à população urbana nordestina. Além disso, já havia, em 1960, sete outras cidades que ultrapassavam 100 mil habitantes, enquanto a parcela da população residindo nas 10 maiores cidades da Região — nove delas situadas na costa — aumentou

de 37 para 40 por cento, durante o período 1950/1960, a sua participação no total da população urbana regional.

As taxas de crescimento geométrico anual da população desses núcleos variavam, nos cinquenta, de 7,7% em Fortaleza, a 4,5% em Maceió e São Luís (vide Tabela I). Embora substanciais, essas taxas não são, pelos padrões brasileiros, extremamente altas. No Nordeste, até mesmo a população rural, bem como a população total, cresceram, na década dos cinquenta, a ritmos que, aparentemente, se mostraram mais lentos que os observados para o País com um todo. A população total do Nordeste, por exemplo, cresceu a uma taxa de 2,2% ao ano, enquanto a população brasileira o fez a 3,1%.

Vale notar, contudo, que os dados censitários não tomam em consideração o movimento migratório nordestino, que representa uma espécie de válvula de escape para um crescimento demográfico que, muito provavelmente, deve ser bastante elevado nas áreas rurais. A pressão demográfica, combinada às características da baixa produtividade marginal do trabalho nas atividades da agricultura de subsistência da Região, às secas periódicas que assolam a zona árida, aos melhoramentos do sistema viário nacional, à maior concentração relativa de inversões em capital social nos centros urbanos, assim como às mais atrativas oportunidades de emprego em outras áreas do País, estão entre os principais fatores determinantes do chamado êxodo de populações que abandonam as áreas rurais do Nordeste cada ano.

TABELA 1

Incremento Demográfico nos Principais Aglomerados Urbanos do País

1950/60

(Em 1.000 pessoas)

Agglomerados Urbanos	Dados Censitários		Projeções		Incremento Anual %
	1950	1960	1967	1970	
NORDESTE					
1. Recife, PE (1)	610,9	1.032,9	1.482,8	1.731,3	5,3
2. Salvador, BA	389,4	638,6	898,6	1.040,2	5,0
3. Fortaleza, CE	205,1	470,8	791,3	988,5	7,7
4. João Pessoa, PB (2)	109,9	173,2	238,9	274,2	4,7
5. Natal, RN	94,8	154,3	217,6	251,3	5,0
6. Maceió, AL	99,1	153,3	208,6	238,1	4,5
7. São Luís, MA	79,7	124,6	169,6	193,5	4,5
8. Campina Grande, PB	72,5	116,2	161,3	185,7	4,8
9. Aracaju, SE	67,5	112,5	161,5	188,6	5,3
10. Teresina, PI	51,4	100,0	159,5	194,9	6,9
População Urbana Total	4.744,2	7.679,3	10.805,1	12.508,2	5,0
População total do Nordeste	17.973,0	22.427,0	26.110,0	27.871,0	2,2
OUTRAS REGIÕES DO PAÍS					
São Paulo, SP (3)	2.208,3	3.815,1	5.586,5	6.578,6	5,6
Rio de Janeiro, GB (4)	2.773,5	4.370,4	6.027,1	6.917,5	4,7
Belo Horizonte, MG (5)	367,2	723,3	1.161,5	1.422,8	7,0
Pôrto Alegre, RS (6)	394,2	721,5	1.049,8	1.316,7	6,2
Belém, PA	233,4	380,7	687,0	884,9	8,8
Curitiba, PR	138,2	321,5	452,4	523,7	5,0

Fonte dos dados originais: IBGE — Recenseamento Geral do Brasil — 1950, e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Brasil — 1960.

NOTAS:

- 1) Recife e área suburbana. (Olinda, Jaboatão, Paulista e São Lourenço da Mata).
- 2) Inclui Bayeux e Santa Rita.
- 3) Inclui Santo André, São Caetano do Sul, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Burueri.
- 4) Estado da Guanabara, mais Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti. ?
- 5) Inclui Contagem, Nova Lima e Sabará.
- 6) Inclui Canoas.

Não existem informações estatísticas sistemáticas a respeito dessas migrações. Não obstante, há indicações de que o fluxo migratório contínuo de nordestinos em demanda a outras áreas do País principiou a se intensificar durante a década dos quarenta⁽⁹⁾ e é duvidoso que tenha arrefecido durante os cinquenta. Esta década foi marcada por ampliação das oportunidades de emprego fora do Nordeste (construção de Brasília, abertura e expansão da fronteira cafeeira ao norte do Paraná, intensificação do processo de industrialização do Centro-Sul), assim como por duas grandes secas que assolaram a zona árida nordestina.

Contudo, 1940 é também um marco na aceleração do crescimento demográfico da população urbana do Nordeste, a despeito de não haver ocorrido naquela década desenvolvimento nos setores urbanos da Região comparável ao do Centro-Sul do País.

Taxas tão altas não podem naturalmente ser explicáveis apenas com base no crescimento vegetativo da população, embora as taxas brutas de mortalidade para as capitais nordestinas tenham decrescido substancialmente em relação aos altos níveis prevalentes nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.⁽¹⁰⁾ Ademais, não devem ter ocorrido, ao longo de meio século, modifi-

cações importantes com relação à natalidade, cujas taxas, estimadas para o Nordeste como um todo em torno de 45 a 48 por 1.000 habitantes, já se mostravam bastante próximas dos níveis naturais da fecundidade humana.⁽¹¹⁾

A valer a experiência com o fenômeno em outras áreas do Globo, seria de esperar que a taxa de natalidade fôsse mais baixa ou tendesse a decrescer mais rapidamente à medida que ocorresse desenvolvimento na vida urbana da Região. Resta, pois, atribuir a explosão da população urbana ao impacto das migrações rurais, mesmo que se admita a hipótese de serem essas, em termos quantitativos, um fenômeno mais intensamente inter-regional.

O impacto do processo migratório em relação às cidades nordestinas pode ser avaliado por algumas indicações. Assim, um "estudo recente sobre o Recife indica que as migrações contribuíram com mais de três quartas partes para o crescimento populacional daquela cidade".⁽¹²⁾ Por sua vez, cerca de 50% dos casais entrevistados em Campina Grande, cidade interiorana de tamanho médio, informaram haver nascido em zonas rurais do próprio Estado da Paraíba; 15% eram originários de áreas rurais de Estados vizinhos, enquanto apenas 35% representavam pes-

9) Vide *Desenvolvimento e Conjuntura, Nordeste: Situação Demográfica*, n.º 4 (abril, 1959), p. 133.

10) As taxas brutas de mortalidade (por 1.000 habitantes) durante o período 1940/44 foram da ordem de 26,5, 27,4 e 33,0 para Salvador, Recife e Fortaleza. Nos primeiros anos da atual década haviam decrescido para 14,7, 12,0 e 16,4, respectivamente.

11) Vinicius Fonseca, *A População do Nordeste até 1970 (Recursos e Necessidades do Nordeste)*, Fernando de Oliveira Mota (ed.), BNB/ETENE, Recife, 1964, p. 206.

12) Roland F. Chardon, *Changes in the Geographic Distribution of Population in Brazil, 1950-1960, New Perspectives of Brazil*, Eric N. Baklanoff (ed.), Nashville, Vanderbilt University Press, 1966, trad. à p. 167.

soas nascidas na própria cidade de Campina Grande. ⁽¹³⁾

Na realidade, as grandes cidades nordestinas parecem crescer "...menos em função de sua capacidade atrativa do que devido aos problemas do campo que as circundam". ⁽¹⁴⁾ Isto, em confronto com as condições atrativas de outros núcleos urbanos do Centro-Sul do País, permite supor a existência de uma certa seletividade natural dos fluxos migratórios rurais. Em grande parte, o movimento migratório em direção às maiores cidades nordestinas deve ser representado por pessoas tais como obreiros sem maiores qualificações técnicas, pessoas idosas, mulheres, crianças, conformistas e outras categorias não-econômicas de migrantes, discriminadas em razão de suas fracas possibilidades de competição nos mercados de trabalho do Centro-Sul do País.

Projetou-se, com base nas taxas de crescimento do período 1950/60, a população das cidades para os anos de 1967 e 1970 (Tabela 1). Como se observa, a população urbana nordestina já estaria totalizando cerca de 10,8 milhões de pessoas, devendo atingir 12,5 milhões no início da próxima década. A participação da população urbana na população total aumentará de pouco mais de 40% em 1967, para 45% em 1970.

13) Banco do Nordeste do Brasil S/A, **Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de Campina Grande**, mimeo., Fortaleza, novembro de 1962, pp. 10/13.

14) Ruth Lopes da Cruz Magnanini, **Distribuição Geográfica e Estrutura da População do Nordeste**, in **Recursos e Necessidades do Nordeste**, Fernando de Oliveira Mota (ed.), Recife, BNB/ETENE, 1964, p. 148.

No final desta década, as três maiores cidades da região — Recife, Salvador e Fortaleza — já deverão estar concentrando 30% de toda a população urbana do Nordeste. Se incluídas as outras 7 mais populosas, a participação se elevará a 42%.

2.2. *Composição Etária*

Algumas características básicas do crescimento demográfico urbano podem ser inferidas do exame da composição etária das populações do Recife e Salvador nos anos para os quais há disponibilidade de informações. (Tabela 2.)

Os dados da tabela indicam que a população do Recife tendeu a se concentrar nas idades mais jovens, aumentando, conseqüentemente, o fardo representado por pessoas em idades não-produtivas. Quanto a Salvador, ocorreu o mesmo fenômeno durante os anos cinquentas, embora já pareça haver uma inversão da tendência se comparados entre si os dados referentes à presente década. Deve-se, contudo, considerar tais observações sob bastante reserva, dadas as diversidades de processos de coleta das informações, conforme especificado na própria tabela.

A apreciação dos dados relativos aos anos mais recentes revela que a composição etária das populações residentes no Recife e em Fortaleza apresentam similaridades dignas de menção. Assim, cerca de 51% das pessoas incluíram, em 1966, na faixa dos que ainda não haviam atingido 20 anos de idade, enquanto cerca de 43% se situavam entre as margens de 20 a 60 anos..

Campina Grande, cidade interiorana, é a que apresenta a maior

TABELA 2

Estrutura Etária da População nas Cidades Nordestinas

(Porcentagem)

Cidades e Períodos	Menos de 15 anos	15 a 60 anos	Mais de 60 anos	Idades Ignoradas
RECIFE				
1950	44,7 (1)	50,3 (2)	4,5	0,4
1960	50,2 (1)	44,4 (2)	4,5	—
1966	51,5 (1)	43,0 (2)	5,5	—
1966	38,7	55,8	5,5	—
SALVADOR				
1950	32,3	61,9	5,5	0,3
1962	41,8	52,2	4,8	1,2
1966	36,9	58,2	4,9	—
FORTALEZA				
1966	51,3 (1)	43,4 (2)	4,8	0,5
SÃO LUÍS				
1963	41,6	47,8	10,6	—
1966	37,3	57,6	5,0	0,1
CAMPINA GRANDE				
1962	41,4	53,1	4,7	0,8
1966	40,6	53,8	5,6	—

Fonte dos dados originais: Censo Demográfico (IBGE) — 1950; Pesquisas BNB/ETENE sobre Abastecimento Alimentar: Recife (1960), São Luís (1963), demais cidades (1962); Pesquisas BNB/ETENE sobre Consumo de Produtos Industriais (1966).

NOTAS:

- 1) Menos de 20 anos.
- 2) De 20 a menos de 60 anos.

Obs.: a) As informações do Censo de 1960 sobre composição etária das populações das várias cidades não estavam disponíveis quando da elaboração do presente trabalho; b) A fim de melhorar a comparabilidade dos dados de 1966, para a cidade do Recife são apresentadas as percentagens para os grupos etários congregando: 1) pessoas de menos de 20 anos e de 20 a 60 anos; 2) de menos de 15 anos e de 15 a 60 anos.

proporção de pessoas nas faixas de idades não produtivas, enquanto Salvador e São Luís são as cidades nas quais o referido grupo etário é relativamente menor.

No que concerne a São Luís, a despeito da falta de informações para o ano de 1950, é até mesmo admissível supor que tenha aumentado a participação das pessoas economicamente ativas nos anos cinquenta. Como se sabe, São Luís é, até certo ponto, uma daquelas poucas exceções que se pode admitir no contexto demográfico das capitais nordestinas. Sua população, por exemplo, cresceu, na década dos cinquenta, a ritmo mais lento que o observado para o respectivo Estado como um todo. A referida capital pode ser considerada uma das poucas cidades costeiras da Região que talvez não tenha experimentado a influência de um processo migratório mais intenso. Sua localização na parte mais setentrional do Nordeste, afastada, portanto, da chamada "área de maior expressão do fato urbano" (15), certa inacessibilidade resultante da precariedade do sistema local de comunicações, fatos esses combinados à própria condição da subárea maranhense como zona úmida e, ainda hoje, pioneira e de desbravamento, devem contribuir para suavizar as correntes migratórias que se orientam para aquela cidade. (16)

Um outro fator afetando a pirâmide populacional das cidades

nordestinas é a migração de pessoas em idades produtivas, naturais das próprias cidades ou de áreas rurais nordestinas, que têm nesses centros urbanos uma escala temporária para percursos mais longos. Na realidade, o papel desempenhado pelas pequenas e médias cidades nordestinas como *entrepôts* de população não pode ser avaliado em toda a sua extensão. Pode-se, apenas, especular a respeito com base em indicações muito precárias existentes sobre o assunto. Contudo, quaisquer especulações devem incluir, sem dúvida, capitais de Estado, tais como Maceió, Aracaju, João Pessoa e Natal, assim como certas cidades interioranas, como Campina Grande, Feira de Santana, Mossoró e Caruaru, entre outras.

Uma indicação sobre a tendência da composição etária da população urbana das cidades mencionadas também pode, de certa forma, ser associada ao comportamento das taxas brutas de mortalidade nas capitais nordestinas. Mencionou-se, por exemplo, que as taxas brutas de mortalidade estão diminuindo rapidamente, embora se deva acrescentar que ainda existe margem ampla para novas reduções se comparadas às taxas prevalecentes no Rio e em São Paulo.

Admitindo-se (a) que essa tendência também seja válida com relação à população rural; (17)

15) Segundo a terminologia da geógrafa Ruth Magnanini, *op. cit.*, págs. 123-153.

16) Sobre as migrações para o Maranhão, vide Banco do Nordeste do Brasil S/A — *Introdução Econômica ao Relatório do BNB — 1968: Aspectos Econômicos do Estado do Maranhão*, Fortaleza, BNB, ainda inédito.

17) Por exemplo, informações oficiais disponíveis para o Município de Juazeiro (Bahia) mostram uma rápida redução na taxa de mortalidade infantil na referida área. Vide Banco do Nordeste do Brasil S/A, *Petrolina — Juazeiro: Aspectos Sócio-Econômicos e Área de Influência Comercial*, BNB/ETENE, Fortaleza, mimeo., Tabela 28, p. 48.

(b) que o processo de emigração, e respectiva seletividade, continuam a se fazer presentes na Região; e (c) que, ao nível em que se encontra a mortalidade, toda melhoria se reflita, a curto prazo, sobre as idades mais jovens, pode-se prever que aquelas características do crescimento demográfico urbano continuarão a se acentuar por mais algum tempo. Em consequência, crescentes esforços serão exigidos da economia nordestina com vistas à satisfação das necessidades alimentares de uma população urbana concentrada nas faixas de idades não-produtivas.

2.3. *Distribuição da Renda Urbana*

A afluência de grandes contingentes de migrantes rurais para as cidades de uma área subdesenvolvida como o Nordeste, representa um dos importantes fatores que se pode associar a uma acentuada desigualdade na distribuição de renda urbana.

As informações disponíveis, contudo, não permitem mensurar, precisamente, a extensão do desemprego da população urbana da área. Algumas delas, não obstante, revelam, com maior ou menor grau de aproximação, que a grande massa de pessoas desempregadas ou subempregadas representa elevada parcela da população economicamente ativa nessas cidades. ⁽¹⁸⁾

Apenas 37% da população economicamente ativa, ou pouco

mais de um quarto da população total, trabalhavam, em Campina Grande, sob remuneração. Mesmo assim, tais empregos incluíam várias espécies de atividades mal definidas. É verdade que várias pessoas, sobretudo os empregados domésticos, que trabalhavam sob remuneração, não foram, por razões conceituais ligadas às pesquisas, incluídas nas respectivas tabulações. ⁽¹⁹⁾

O Recife, à semelhança do que se pode esperar com relação às capitais de Estado, apresenta maior percentagem de pessoas com emprego remunerado do que em Campina Grande. A concentração de atividades terciárias, inclusive serviços públicos, nas capitais estaduais muito contribui para explicar a ocorrência.

Uma distribuição comparativa da renda nas cidades nordestinas pode ser vista na Tabela 3. Como se observa, os dois níveis de consumidores mais pobres (A e B) entrevistados no Recife, compunham cerca de quatro quintos da população total, auferindo pouco menos de metade das remunerações totais declaradas. No outro extremo (nível E), verificou-se que apenas 5% da população concentravam cerca de uma quinta parte da renda. Tais graus de concentração de renda parecem algo mais atenuados em relação às demais cidades que foram objeto de pesquisa, com

18) Vide, a propósito, Leonardo Guimarães, *Notas sobre o Subemprego Urbano no Nordeste*, SUDENE — *Boletim Econômico*, ano II, n.º 3, outubro/dezembro, 1966, pp. 129-152.

19) No contexto das pesquisas, a renda familiar foi definida como a soma das remunerações totais da unidade consumidora familiar (inclusive pagamentos de transferências). Foi feita a exclusão das remunerações auferidas por empregados domésticos, a fim de se evitar duplas contagens na renda familiar.

exceção de Campina Grande. Nelas, a parcela dos dois grupos de baixa renda representava mais

comumente cerca de 60% da população total e concentrava 30 a 40 por cento da renda total.

TABELA 3

Distribuição da População em Cidades Nordestinas

Segundo Níveis de Renda

Níveis	Níveis de Renda					Todos os Níveis
	A (Inferior)	B	C	D	E (Superior)	
RECIFE						
% de famílias	58	24	9	4	5	100
% de população	51	25	13	4	7	100
% de renda	24	24	17	11	24	100
SALVADOR						
% de famílias	25	30	16	10	17	100
% de população	29	30	14	13	14	100
% de renda	10	21	16	16	37	100
FORTALEZA						
% de famílias	26	39	18	6	11	100
% de população	22	40	20	7	11	100
% de renda	9	28	17	10	36	100
SÃO LUÍS						
% de população	37	22	17	11	13	100
% de renda	15	17	19	15	34	100
CAMPINA GRANDE						
% de famílias	53	31	8	3	5	100
% de população	55	31	7	3	4	100
% de renda	26	33	13	7	21	100

Fonte dos dados originais: Pesquisas BNB/ETENE (já referidas).

NOTA: Os intervalos de classe dos diferentes grupos de renda são, de certo modo, comparáveis entre cidades, desde que os mesmos foram tomados proporcionalmente aos níveis de salário-mínimo prevalecentes nas diversas cidades por ocasião em que as pesquisas foram feitas. Veja-se, para maior clareza, **Suprimento de Gêneros Alimentícios na Cidade de Campina Grande**, nota 52, pág. 4 do Anexo.

3. ANÁLISE DO CONSUMO ALIMENTAR

3.1. *A Renda e os Gastos com Alimentação*

As comparações entre a renda e os gastos com alimentação mostram que nas maiores cidades da Região — Recife, Salvador e Fortaleza — os consumidores destinam, em média, cerca de 50% de suas rendas à aquisição de gêneros alimentícios, enquanto que em cidades de tamanho médio, como São Luís e Campina Grande, a proporção ascende a 70%. ⁽²⁰⁾

Tais percentagens estão associadas aos níveis de rendas médias prevaescentes nas diversas cidades. Observe-se, a propósito, que a percentagem representativa dos gastos alimentares varia de 28% para a população urbana de um país bastante desenvolvido, como o Canadá, até 71% para áreas de pobreza generalizada, como são as vilas egípcias. ⁽²¹⁾

Os dados da Tabela 4 revelam para as cidades nordestinas um padrão bem definido de relações engelianas. ⁽²²⁾ As unidades con-

sumidoras mais pobres, vivendo em cidades de tamanho médio, devotam cerca de 96% de sua renda à aquisição de alimentos, enquanto que, nas cidades maiores, essa relação varia de 80% (em Fortaleza) a 70% (no Recife e em Salvador). Observa-se que tais desigualdades tendem a desaparecer à medida que se atingem os níveis de rendas mais elevadas. Independentemente do tamanho da cidade, as proporções aproximam-se bastante nos níveis de rendas medianas, tornando-se praticamente as mesmas — cerca de 1/3 — no intervalo de classe que congrega os consumidores mais ricos. ⁽²³⁾ Aliás, esta última relação citada é semelhante à média encontrada, em 1955, para uma amostra de todas as classes de consumidores urbanos de um país de alto nível de renda média *per capita*, como é o caso dos Estados Unidos. ⁽²⁴⁾

É, portanto, muito alta a proporção de renda devotada à aquisição de alimentos no Nordeste urbano, sobretudo pelos consumidores mais pobres. Uma observação mais aprofundada das informações atinentes às cidades nordestinas pode, contudo, revelar algumas distorções que se acredita serem de maior vulto no que concerne às cidades e tamanho médio.

Nota-se, entre outras coisas, uma grande semelhança nos valores absolutos dos gastos *per ca-*

20) Para Natal e João Pessoa, as pesquisas da SUDENE indicaram percentuais de 62% a 63%, respectivamente. Vide SUDENE (DAA), *Suprimento de Gêneros Alimentícios para a Cidade de Natal*, Natal, mimeo., tabela 9, p. 27, e *Pesquisa de Suprimento Alimentar da Cidade de João Pessoa*, mimeo., João Pessoa, Tabela XXXII, p. 60.

21) Vide L. M. Goureaux, *Income Elasticity of the Demand for Food Household Survey Analysis*, U. N. Economic Commission Europe, AGRI/W. P. 7/2, 22 de junho de 1959.

22) De Ernest Engel (1821-1896), estatístico que primeiro formulou a lei de que à medida que cresce a renda diminui a participação dos gastos com alimentos.

23) Para Natal e João Pessoa, as pesquisas da SUDENE revelaram que as proporções médias decresceram, respectivamente, de 91% para 42% e de 95% para 37%, segundo os níveis de rendas. Vide referências bibliográficas da nota de rodapé 20.

24) L. M. Goureaux, *op. cit.*

TABELA 4
Rendas e Gastos Mensais com Alimentação em Algumas
Cidades do Nordeste
(NCr\$)

Cidades e Níveis de Renda	Renda per capita (I)	Gastos per capita (II)	% (II/I)
RECIFE			
A	2,54	1,78	70
B	5,33	3,04	57
C	7,60	4,26	56
D	15,68	6,74	43
E	18,24	5,47	30
Média da Cidade	5,47	2,95	54
SALVADOR			
A	1,97	1,37	70
B	4,12	2,35	57
C	6,67	3,16	47
D	9,42	3,76	40
E	15,48	4,74	31
Média da Cidade	6,00	2,68	45
FORTALEZA			
A	2,20	1,74	79
B	3,83	2,48	65
C	4,45	2,60	58
D	7,39	3,40	46
E	18,20	6,05	33
Média da Cidade	5,43	2,80	52
SÃO LUÍS			
A	2,60	2,50	96
B	5,27	3,69	70
C	7,39	4,80	65
D	9,79	4,99	51
E	13,55	4,74	35
Média da Cidade	4,46	3,12	70
CAMPINA GRANDE			
A	1,45	1,39	96
B	3,34	2,34	70
C	5,74	3,19	56
D	9,55	3,80	40
E	11,84	3,91	33
Média da Cidade	3,81	2,66	70

Fonte dos dados originais: Pesquisas BNB/ETENE (já referidas).

NOTAS:

- (I) A preços de 1962. As rendas per capita referentes a Recife e Salvador foram deflacionadas pelos respectivos índices do custo de vida.
 (II) A preços de 1962. Não incluem alimentação consumida fora da residência.

pita com alimentos em Salvador e em Campina Grande. Isto é válido tanto para as médias gerais, como para as médias atinentes a quatro dos cinco grupos em que as populações de cada uma dessas cidades foram classificadas. As despesas em termos absolutos são praticamente as mesmas, independentemente do tamanho das cidades. Admitindo que só os hábitos e preferências alimentares não divirjam, fundamentalmente, entre consumidores daquelas duas cidades — sobretudo os de rendas mais baixas — as maiores percentagens gastas com alimentação em Campina Grande poderiam estar refletindo rendas mais baixas ou preços de alimentos mais elevados, relativamente a Salvador.

Mesmo que as diferenças nos preços relativos de alimentos em Salvador e Campina Grande não sejam muito grandes, podem ser formuladas outras hipóteses para explicar as maiores proporções dos orçamentos familiares destinados à alimentação em Campina Grande.

Entre elas, importa considerar as próprias características circunstanciais das cidades menores. Em uma cidade como Campina Grande há uma maior proporção de certas necessidades que ainda podem ser satisfeitas de forma mais ou menos livre pelos consumidores mais pobres. ⁽²⁵⁾ Como se sabe, o fenômeno de urbanização

implica na “constante redução da quantidade *per capita* de espaço bem situado, de certos bens e serviços de outras amenidades que anteriormente podiam ser livremente obtidos”. ⁽²⁶⁾

O comportamento das relações entre a renda e os gastos alimentares em São Luís apresenta algumas das poucas exceções àquele padrão geral engelianiano. A despeito de os consumidores mais pobres daquela capital apresentarem renda média *per capita* mais elevada, dedicam maiores parcelas dos orçamentos a gastos alimentares. Registra-se, a propósito, o grande incremento ocorrido nos preços relativos da alimentação na capital maranhense a partir do início da década dos sessenta. É de supor, assim, que os consumidores de São Luís estariam mais afetos pela necessidade de liberarem para finalidades alimentares renda anteriormente gasta com aquisição de outros itens de consumo.

3.2. *Os coeficientes de Elasticidade-Renda*

Uma maneira mais concisa de comparar os padrões de consumo é mediante o uso dos coeficientes de elasticidade-renda. São números puros que, no contexto deste item, serão utilizados para a aferição da sensibilidade dos gastos com alimentos às variações na renda, tomadas como independentes. Admitem-se condições *ceteris paribus* com relação a preços e hábitos de consumo nos di-

25) Poder-se-ia admitir que os gastos alimentares também estariam algo subestimados em face da maior proporção local de alimentos produzidos para autoconsumo. Porém, tanto quanto possível, essa produção foi incluída e avaliada a preços de mercado.

26) Joseph J. Spengler, *The Economist and the Population Question*, *American Economic Review*, LVI, n.º 1, março/1966, trad. à p. 10.

ferentes níveis de renda. ⁽²⁷⁾

O valor desses coeficientes para comparações decorre de que "o conhecimento das tendências seculares no consumo de alimentos e das diferenças nos padrões da dieta entre países de rendas altas e países de rendas baixas fornece evidência colateral para se afirmar que a elasticidade-renda da demanda por alimentos é muito mais elevada nos países de rendas baixas". E que "o aumento nos gastos com alimentação à medida que se elevam as rendas não apenas em países desenvolvidos, mas também em países subdesenvolvidos, é, sobretudo, o resultado da substituição do consumo de alimentos mais baratos por alimentos mais caros". ⁽²⁸⁾

A elasticidade-renda dos gastos alimentares é da ordem de 0,63 no Recife, 0,60 em Salvador, 0,58 em Fortaleza, 0,43 em São Luís e 0,50 em Campina Grande. Foi calculada como sendo de 0,60 para o conjunto dessas cidades. ⁽²⁹⁾

Entre outros fatores para explicar as diferenças nos coeficientes de elasticidade-renda verificadas entre as cidades podem ser mencionados: (a) diferentes pre-

ços relativos de alimentos entre cidades; (b) custos relativamente mais altos de certos itens de consumo não alimentar nos centros maiores, como por exemplo, habitação; (c) certas despesas com itens de consumo não alimentar que nos centros menores são dispensáveis, permitindo, assim, liberação de certa parcela de renda para a aquisição de alimentos.

A despeito de seus baixos níveis de renda *per capita* e, conseqüentemente, sua elevada propensão média a consumir alimentos, as cidades nordestinas mostram uma sensibilidade nos gastos marginais com alimentação que se aproxima mais da que prevalece para áreas desenvolvidas do mundo. ⁽³⁰⁾

É bem verdade que algumas fontes de tendenciosidades podem tornar as comparações distorcidas. Primeiro, pode não haver estrita comparabilidade dos resultados, em razão de o universo de consumidores abrangidos nas pesquisas internacionais ser di-

$X_2=1,05$ $Y_2^{0,60}$; Fortaleza:

$X_3=1,11$ $Y_3^{0,58}$; São Luís:

$X_4=1,78$ $Y_4^{0,43}$; Campina Grande:

$X_5=1,22$ $Y_5^{0,50}$. Para o conjunto das

cidades, adotou-se a fórmula das ponderações proposta por Oskar Lange, *Introdução à Econometria*, Ed. Fundo de Cultura, 1.^a ed. brasileira, Rio, 1963, p. 128.

- 30) Conforme L. M. Goureaux, *op. cit.*, alguns desses coeficientes, em diferentes datas, seriam os seguintes: Egito (3 vilas): 0,92; Ceilão: 0,82; Ghana (cidade de Accra): 0,98; Porto Rico (assalariados urbanos): 0,80; Portugal (cidade do Porto): 0,72; Cuba (Havana): 0,73; Itália (população não-agrícola): 0,66; Canadá (5 grandes cidades): 0,40; Estados Unidos (população urbana): 0,44. Esses coeficientes são comparáveis aos calculados para as cidades nordestinas, no que toca à metodologia usada para ajustamento das funções.

27) As funções renda—gastos alimentares específicas às cidades foram expressas sob forma geométrica ($X=Y^b$), sendo ajustadas pelo método dos mínimos quadrados após transformação logarítmica. Nelas, b representa o coeficiente de elasticidade-renda, e X e Y os gastos com alimentação (ou consumo físico, quando for o caso) e a renda, respectivamente (ambos expressos em termos *per capita*). Vide, a propósito, R. G. Allen, *Análise Matemática para Economistas*, Rio de Janeiro, Edit. Fundo de Cultura, 1960, p. 287.

28) Bruce F. Johnston e John W. Mellor, *op. cit.*, trad. à p. 339.

29) Obtiveram-se as seguintes funções:
Recife: $X_1 = 1,06 Y_1^{0,63}$; Salvador:

ferente. Segundo, há todo um conjunto de fatores e circunstâncias, alguns dos quais já discutidos que, além dos preços relativos, fortemente influenciam e afetam padrões de consumo nas diferentes partes do mundo, tais como hábitos de consumo, economias ou deseconomias de escala no consumo alimentar, etc. Considere-se, assim, que as comparações entre cidades ou países refletem a sensibilidade dos gastos alimentares à renda de conformidade com os preços relativos vigentes em determinado momento e padrões de preferência que também variam no tempo e no espaço.

3.3. *Padrões Alimentares segundo Principais Produtos*

3.3.1. *Frequência de Consumo e Gastos com Aquisição de Alimentos*

Os produtos mais frequentemente encontrados na dieta de pelo menos 80% da população das cidades pesquisadas são farinha de mandioca, arroz, feijão, carne fresca bovina, bananas, açúcar, pão e café. Em Salvador e no Recife, incluem-se, além desses, a carne de charque, tomates e cebolas. Em São Luís também estas duas verduras e peixe fresco, e em Campina Grande, fubá de milho.

Quase metade dos gastos totais com alimentos das unidades consumidoras de Fortaleza e de Campina Grande⁽³¹⁾ é com produtos de origem animal: cerca de um terço para carnes e peixes e 16% para laticínios e ovos. Os cereais⁽³²⁾ representam apenas um

quarto dos gastos totais devido em parte ao fato de que o feijão foi classificado na categoria das verduras e leguminosas⁽³³⁾, que representam 10% dos gastos alimentares totais. Frutas,⁽³⁴⁾ gorduras⁽³⁵⁾, açúcar, café, doces e tubérculos⁽³⁶⁾ completam o total dos gastos.

O uso de uma classificação mais ampla permite notar que, à medida que as rendas se elevam, ocorrem decréscimos na percentagem dos gastos com produtos de origem vegetal, relativamente aos de origem animal. Na realidade, "a posição dos amiláceos nas dietas de grupos de baixa renda segue, com a lei de Engel, como uma característica quase universal dos padrões de consumo alimentar".⁽³⁷⁾

Um fato interessante se relaciona com os dispêndios com o item carnes e peixes. Mesmo entre os consumidores mais pobres, atingem a 30% dos gastos totais, chegando a 40% no caso dos de rendas mais elevadas. A sensibilidade dos gastos alimentares com esse item está refletida em coeficientes de elasticidade-renda de 0,6 a 0,7.

Esses coeficientes não parecem, no contexto de uma área subdesenvolvida como o Nordeste, muito elevados, pois se referem a produtos originários de uma dispendiosa fonte energética. Aliás, quando os coeficientes resultam de correlações entre rendas médias e quantidades físicas

31) Informação não disponível para as demais cidades.

32) Arroz, farinha de mandioca, pão, macarrão, massas, biscoitos e bolachas.

33) Feijão, tomates, cebolas, cenouras, abóboras, entre outros.

34) Bananas, laranjas, mangas, abacaxis, mamão, entre outras.

35) Sobretudo óleos de origem vegetal e margarina.

36) Inhames, macaxeiras, batatinhas, batata-doce.

37) Kaneda & Johnston, *op. cit.*, p. 238.

consumidas expressas em proteínas, a sensibilidade do consumo é ainda menor, verificando-se coeficientes que variam entre 0,4 e 0,6.

Isso indica que os preços das carnes de melhor qualidade, consumidas pelas pessoas de rendas mais elevadas, aumentam mais que proporcionalmente do que o teor protéico dessas carnes. Em outras palavras, há um custo marginal crescente para as proteínas derivadas do consumo dessas carnes de melhor qualidade.

A elevada frequência no consumo de carne e a sua baixa elasticidade-renda devem estar relacionadas a certa inelasticidade-preço, pelo menos nos segmentos significativos das curvas de demanda dos consumidores pobres da Região e relativamente aos de outras áreas do mundo subdesenvolvido. Tal fato pode ter uma explicação histórica, pois na zona árida nordestina, desde os tempos coloniais, "a criação do gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo a fonte quase única de alimentos".⁽³⁸⁾ Ainda que a atividade criatória tenha perdido muito dessa característica, continua importante em muitas áreas. O processo histórico do abastecimento alimentar das cidades litorâneas pelas zonas áridas do interior nordestino e os hábitos de consumo herdados, reforçados pelos fluxos de migrantes do interior, contribuíram para tornar a carne um produto diferenciado. Isto explicaria o aspecto paradoxal de um produto considerado "nobre" absorver parcela substancial do orçamento dos

consumidores mais pobres das cidades nordestinas.

Considere-se, ademais, que tanto as médias de consumo físico como as frequências de consumo de peixes e carne avícola são, para a maioria das cidades, muito baixas. É uma hipótese viável a de que os preços atuais do pescado podem resultar de que no longo prazo não tenham ocorrido estímulos da demanda suficientes para tornar a respectiva curva de oferta mais elástica, através da modernização dos métodos de produção e comercialização, e com a consequente baixa nos seus custos e barateamento do produto. Convém observar que em São Luís, capital de um Estado cujas características da ocupação econômica foram bastante diferentes,⁽³⁹⁾ o peixe fresco representa um componente básico da dieta.

O recente incremento nas atividades granjeiras em torno das grandes cidades poderá tornar mais elástica a procura nordestina de carnes. Carne avícola tem sido, no Nordeste, um bem superior e altamente elástico à renda (Tabela 5). À época da pesquisa, o produto apresentava uma frequência de consumo de apenas 50% em São Luís, menos de 40% no Recife e menos de 30% nas demais cidades. Os altos preços do produto devem ter estimulado o desenvolvimento da atividade avícola, tornando remunerativa a utilização de insumos mais modernos. O fato também se associa: a) à incapacidade dos produtores tradicionais em resolverem certos problemas técnicos ligados à avicultura; b) à situação especial que surgiu quando a demanda

38) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 76.

39) Celso Furtado, *op. cit.*

dêsse produto alcançou um nível que excedeu a possibilidade dos avicultores poderem atendê-la pela mera adição de insumos tradicionais existentes.⁽⁴⁰⁾

A manteiga e o leite *in natura* e em pó eram consumidos em cerca de 60 a 80% e ovos em 60 a 70% das residências investigadas em São Luís, Recife e Salvador. Esses limites eram algo mais baixos com relação a Fortaleza e Campina Grande. O consumo de queijo, contudo, está praticamente restrito a menos de um quinto dos consumidores dessas cidades, excetuando-se Campina Grande, onde integra a dieta de dois quintos das residências.

A freqüência do consumo de laticínios no contexto das unidades consumidoras mais pobres pode, até certo ponto, também estar associada àqueles fatores que se supõe determinarem a demanda por carnes. Isto é muito mais provável com relação a um produto caro como é a manteiga. Aqui, também, inexistiu um bom substituto para este alimento desde que, só bem recentemente, vem a margarina sendo produzida e reintroduzida em maior escala no mercado regional.

A freqüência de consumo do leite também está associada a necessidades específicas da população em idades infantis, sem que isto represente, necessariamente, a satisfação dessas necessidades.

O grupo de laticínios e ovos apresenta o mais alto coeficiente

de elasticidade-renda variando entre 0,83 e 0,94 nas funções ajustadas (retilíneas em logaritmos).

Os coeficientes de elasticidade-renda dos gastos alimentares com amiláceos (incluindo cereais e tubérculos mas excluindo feijão) são da ordem de 0,32 a 0,36.

A elasticidade-renda dos gastos com aquisição de verduras e legumes — categoria substancialmente ponderada pela inclusão do feijão — é de 0,23 em Campina Grande e 0,48 em Fortaleza.

Outra categoria de produtos é a que engloba frutas, açúcar e café. Apresenta coeficiente de elasticidade-renda dos dispêndios da ordem de 0,49 a 0,75.

3.3.2. *As Funções Renda-Consumo Segundo os Principais Produtos*

Os dados disponíveis revelam que apenas uns poucos amiláceos apresentam tendências típicas de bens inferiores, isto é, com coeficientes de elasticidade-renda negativos. Apenas farinha de mandioca se apresenta como bem tipicamente inferior em todas as cidades que foram objeto de pesquisa. Feijão é um bem inferior no Recife, em Fortaleza e em Campina Grande. No Recife e em Fortaleza, tendências decrescentes no consumo do produto ocorreram após serem atingidos intervalos de classe agregando consumidores de rendas medianas.

A batata-doce e o fubá de milho são bens inferiores apenas em Campina Grande, enquanto que todos os demais produtos da categoria dos amiláceos são, no Nordeste urbano, bens superiores. Em alguns casos, como no de biscoitos, bolachas e massas, em

40) Vide, a propósito, Ruy Miller Paiva, *Reflexões sobre as Tendências da Produção de Produtividade e dos Preços do Setor Agrícola do Brasil*, *Revista Brasileira de Economia*, FGV, ano 20, ns. 2-3, junho/setembro de 1966, pp. 111/134.

Salvador e em São Luís, e no de batatas inglesas, em Salvador, São Luís e Fortaleza, os coeficientes refletem fortes elasticidades à renda, indicando maior grau de insatisfação do consumo desses produtos. Menos intensamente, isto também é válido com relação ao consumo de arroz em Salvador, pão em São Luís e biscoitos, bolachas e massas em Fortaleza.

As médias *per capita* referentes ao consumo de carne fresca bovina e de outros tipos são mais elevadas em Salvador e em Fortaleza. Na primeira dessas cidades, por exemplo, o consumo médio representa mais do duplo do consumo verificado em Campina Grande. Nesta, o consumo de carne fresca é complementado com o da carne-de-sol, que, por questões de preços, é mais frequente entre os consumidores de rendas mais altas.⁽⁴¹⁾

A carne de charque, importada geralmente do sul do País (Rio Grande do Sul, São Paulo e Estados Centrais), mostra-se um bem inferior no Recife, Salvador e Campina Grande, embora seja superior e bastante elástico à renda em São Luís. Recife é a cidade nordestina cuja média *per capita* de consumo se apresenta mais elevada e isto deve, de algum modo, estar relacionado às maiores facilidades de comercialização existentes na referida cidade, inclusive ao fato de ser o porto por onde se efetuam as maiores importações do produto.

41) É um tipo de carne salgada produzida no interior do Nordeste e que goza de larga aceitação entre os consumidores de Campina Grande. Também é conhecida em algumas áreas do Nordeste por carne-sêca; não deve ser confundida com charque ou jabá.

Quanto ao peixe fresco, a média *per capita* de consumo em São Luís representa quase sempre o quádruplo das referentes às demais cidades.

Com relação ao consumo de carne avícola, as médias são baixas, e os coeficientes indicam forte elasticidade à renda.

No caso de laticínios, as informações da Tabela 5 evidenciam que são produtos que geralmente apresentam coeficientes de elasticidade-renda superiores aos das demais categorias. No Recife e, sobretudo, em São Luís, o leite *in natura* é um produto altamente elástico à renda (coeficientes de 1,59 e 2,05, respectivamente). Menores níveis de insatisfação no consumo do produto ocorrem em Fortaleza e Campina Grande. Convém notar, a propósito, que a média *per capita* do consumo de leite *in natura* em Campina Grande — cidade localizada em área de criatório generalizado — representa, quase sempre, o duplo ou o triplo das médias registradas em quase todas as demais cidades.

As médias de consumo de verduras e frutas são geralmente mais elevadas com relação ao Recife do que para as demais cidades pesquisadas. Os coeficientes de elasticidade-renda específicos a cada cidade (não reproduzidos neste relatório) também refletiram maior satisfação do consumo desses produtos na referida cidade.

Salvador é a cidade nordestina que apresenta a menor média *per capita* de consumo de açúcar e doces, embora no caso do primeiro destes, não esteja muito aquém das médias verificadas para as demais cidades.

Quanto ao café, por se tratar de um produto cuja inelasticidade à renda e aos preços é geralmente reconhecida, torna-se interessante observar a semelhança nas médias **per capita** de consumo observadas para Salvador e Recife e para São Luís e Forta-

leza. A formação de hábitos de consumo pode ser a principal determinante dessas diferenças segundo áreas geográficas. Note-se, finalmente, que a média mais baixa se refere à cidade interiorana de Campina Grande.

TABELA 5

*Consumo Per Capita Anual e Coeficientes de Elasticidade-Renda
Referentes aos Principais Alimentos*

Principais Alimentos	Consumo Per Capita Anual (Em kg) *					Coeficientes de Elasticidade-Renda **
	Recife	Salvador	Fortaleza	São Luís	Campina Grande	
AMILÁCEOS						
Arroz	17,1	14,8	38,7	80,9	18,8	0,366
Feijão	17,4	20,5	27,0	16,4	25,3	0,038
Farinha de Mandioca	25,7	42,8	25,3	42,7	32,2	— 0,285
Fubá de Milho	6,7	15,0	0,005
Pão	51,1	53,3	16,7	27,5	27,8	0,224
Biscoitos e Bolachas	8,2	2,5	3,0	1,9	5,1	0,884
Massas (1)	8,3	2,2	5,9	6,2	5,1	0,723
Batata-doce	12,5	5,0	5,8	5,2	19,8	0,107
Batata-inglês	9,6	5,0	5,0	6,6	4,8	0,819
CARNES E PEIXES						
Carne fresca bovina	29,3	42,8	35,6	25,4	19,2	0,579
Outras carnes frescas (2)	4,4	8,6	6,8	6,8	4,2	0,582
Charque	8,2	6,2	0,4	1,0	3,1	0,035
Carne-de-Sol	1,6	—	—	—	10,4	0,340
Peixe fresco	4,7	4,3	6,7	23,8	1,9	0,396
Carne avícola	3,9	1,1	2,2	4,9	4,5	1,407
GORDURAS						
Banha	1,3	1,8	2,3	2,8	0,9	0,342
Óleos Vegetais (3)	4,4	4,0	4,0	3,5	2,5	0,554
LACTICÍNIOS E OVOS						
Leite in natura (3)	19,8	12,6	37,6	10,7	45,2	0,999
Leite em pó	2,8	3,2	1,8	2,0	0,5	0,474
Manteiga	3,1	2,9	1,9	2,4	1,8	0,775
Queijos	2,1	0,4	0,8	0,6	3,0	0,845
Ovos (4)	6,5	5,3	11,4	7,4	4,2	0,855

(Continua)

Principais Alimentos	Consumo Per Capita Anual (Em kg) *					Coeficientes de Elasticidade-Renda **
	Recife	Salvador	Fortaleza	São Luís	Campina Grande	
VERDURAS E FRUTAS						
Abóbora (Jerimum)	9,1	2,9	0,8	2,0	1,6	0,203
Cebola	5,1	3,6	2,9	4,1	2,5	0,500
Tomate	12,0	7,9	7,1	8,2	3,6	0,612
Abacaxi (4)	1,1	...	2,5	0,9	...	1,119
Banana (4)	31,3	18,3	45,6	31,0	32,4	0,442
Laranja (4)	14,9	4,4	8,0	10,4	8,4	0,477
Manga (4)	1,1	...	3,3	— 0,180
OUTROS						
Café	6,8	6,8	8,6	8,8	5,4	0,319
Açúcar	34,2	28,4	34,8	30,8	32,5	0,348
Doces	4,9	1,8	4,9	4,6	3,3	1,296

Fonte dos dados originais: Pesquisas BNB/ETENE (já referidas).

OBSERVAÇÕES:

(*) Em kg, exceto quando indicado.

(**) Os coeficientes se referem ao conjunto das cidades. Foram obtidos pela fórmula $N = (n_1 d_1 + n_2 d_2 + \dots + n_5 d_5) / d_1 + d_2 + \dots + d_5$, na qual $n_1 \dots n_5$ representam as elasticidades à renda, específicas às cidades consideradas (vide trabalho original) e $d_1 \dots d_5$ são os consumos médios verificados para cidade, que são utilizados como elementos de ponderação (vide Oskar Lange, *Introdução à Econometria*, Edit. Fundo de Cultura, Rio, 1963, pág. 128).

NOTAS:

- (1) Inclui macarrão, talharim e massa para sopa.
- (2) Carnes frescas suína, caprina e ovina.
- (3) Em litros.
- (4) Em dúzias.

3.4. Elasticidade-preço de Procura de Alimentos

Procura-se estimar os coeficientes de elasticidade-preço de alimentos abstraídas as influências da variável renda.⁽⁴²⁾

42) O processo utilizado foi o de ajustar, pelo método dos mínimos quadrados, funções geométricas de tipo $Y = aX^b$ (retilíneas em logaritmos), nas quais X representa quantidades procuradas, p os preços e e o coeficiente de elasticidade-preço. Os dados básicos utilizados para os ajustamen-

Cabe mencionar, inicialmente, alguns dos principais pressupostos em que se fundamenta o trabalho:

tos foram os quantitativos de consumo e preços relativos de alimentação atinentes a cada cidade. Esses quantitativos de consumo foram obtidos a partir das funções renda-consumo anteriormente referidas, considerando-se um mesmo nível de renda média para todas as cidades ($Y = \text{NCr\$ } 5,47$, ou seja, o promédio aritmético, a preços de 1962, das rendas médias das cinco cidades sob observação).

a) que os preços relativos serão os únicos fatores determinantes das variações ocorridas nos quantitativos do consumo alimentar entre as cidades consideradas. Isto significa admitir condições *ceteris paribus* com relação a preferências, gostos e hábitos alimentares.

b) que prevalecem condições *ceteris paribus* quanto ao grau de monetização das diferentes categorias de dispêndio em que se decompõe o orçamento familiar;

c) que os quantitativos do consumo alimentar observados e as informações sobre preços não se acham substancialmente afetadas por flutuações estacionais relacionadas com a oferta ou com a demanda de um ou vários produtos.

Obteve-se, para a procura alimentar, a função $X = 813,4 p^{0,28}$. O coeficiente de elasticidade-preço foi, assim, da ordem de 0,28 para os gastos com alimentação. O fato de o referido coeficiente ser positivo denota a inelasticidade da procura de alimentos em geral: os dispêndios com alimentação se correlacionam de forma direta com os preços.

Para os produtos, isoladamente, expressos em termos de quantidades, obtiveram-se coeficientes negativos de elasticidade-preço, evidenciando a chamada lei da procura decrescente.

Os principais amiláceos, exce- tuando o arroz, são quase sempre inelásticos ao preço. Entretanto, esta inelasticidade não é muito alta, variando quase sempre entre -0,7 e -0,8.

No item carnes e peixes, a carne verde bovina apresentou-se

inelástica ao preço (-0,25). Charque, peixe fresco e galinha apresentaram procura bastante elástica ao preço, com coeficientes da ordem de -6,0, -1,8 e -1,0, respectivamente.

A procura do leite *in natura* e ovos apresenta-se bastante sensível aos preços. A inelasticidade observada quanto à procura de um produto nobre como a manteiga (-0,8), deve resultar da ausência de um bom substituto.

A procura das principais verduras e frutas é inelástica ao preço. A menor inelasticidade verificada com relação à demanda por bananas e laranjas (coeficientes de -0,9 e -0,8) pode estar relacionada às maiores possibilidades de substituição ou complementação dessas duas frutas de consumo básico com uma gama de outras frutas de natureza mais estacional, que também integram a dieta alimentar do Nordeste urbano.

Finalmente, açúcar (-0,25) e café (-0,2) apresentam-se altamente inelásticos ao preço, notadamente o último desses dois produtos. Quanto ao primeiro, sua menor inelasticidade se pode relacionar, por exemplo, ao consumo do produto paralelamente ao de frutas, sob forma de refrescos, doces caseiros, etc., ou seja, à existência de boa complementação para seu consumo.

Quanto ao café, deve-se levar em conta que o coeficiente pode estar fortemente afetado pela distorção no preço relativo do produto, resultante da política de preços então adotada pelo Governo com relação ao produto.

3.5 *As Projeções do Consumo Alimentar*

Fizeram-se extrapolações para os anos de 1967, 1970 e 1975 dos elementos observados, com base nas funções renda-consumo alimentar.

Cabe mencionar algumas hipóteses limitativas implícitas em tais projeções. A primeira é a de que os coeficientes de elasticidade-renda verificados num dado instante podem ser representativos das reações renda-consumo ao longo de uma seqüência histórica. Uma outra é a de que os preços relativos do item alimentação como um todo, bem como dos produtos em particular, permanecem os mesmos ou, pelo menos, variam pouco durante o período das projeções. Uma terceira é a da invariabilidade na estrutura da renda segundo os diversos grupos de consumidores. Desta suposição, também se pode derivar a de que a taxa de crescimento da renda seja de mesma magnitude entre as cinco cidades nordestinas.

Quanto ao crescimento da renda estabeleceram-se, como hipóteses de trabalho, taxas geométricas da ordem de 3% e 5% a.a. Conquanto arbitrárias, essas taxas não parecem superestimadas se aplicadas ao setor urbano da Região, porquanto o crescimento anual da renda *per capita* do Nordeste como um todo foi estimado pela SUDENE, para o período 1959 a 1963, em "pouco mais de cinco por cento".⁽⁴³⁾

Observou-se que no final desta década, os gastos alimentares re-

presentariam apenas 40% a 43% do orçamento das unidades consumidoras residentes na capital baiana, 46% a 49% dos residentes em Fortaleza e 47% a 51% dos residentes no Recife. Campina Grande, por sua vez, apresentaria uma participação média variando entre 52% a 56%. Em São Luís, os referidos gastos ainda continuariam a absorver parcela nunca inferior a três quintos da renda média auferida.

Projetou-se também o consumo total semanal para vinte dos principais produtos adquiridos pelos consumidores urbanos nas cidades em consideração. Apreciando brevemente os resultados de tais projeções, para o conjunto das cinco cidades, nota-se que, entre 1967 e 1975, os maiores incrementos ocorrerão no consumo total de leite *in natura* atingindo de 138% a 145%, conforme as duas hipóteses de crescimento da renda. Ao referido produto seguir-se-iam, em ordem decrescente de importância, os incrementos verificados para carne avícola (97% a 130%), ovos (90% a 110%), batata-inglês (85% a 106%), manteiga e carne fresca bovina (76% a 91%) e tomate (75% a 89%). Charque, abóbora e feijão teriam no período 1967/75, crescimento não inferior aos limites de 50% e 54%. A farinha de mandioca, na qualidade de bem inferior, apresentaria o incremento menos expressivo, o qual variaria entre 43% e 38%.

3.6 *Os Dispendios e as Tendências dos Preços Relativos da Alimentação*

As reduções na participação dos gastos alimentares sobre os orçamentos das unidades consu-

43) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, **III Plano-Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, 1966-1968**, Recife, 1966, p. 26.

midoras mostrar-se-ão, seguramente, um pouco menos acentuados se levadas em conta as tendências dos preços relativos da alimentação. Referidas tendências foram obtidas a partir de informações sobre índices do custo da

alimentação e custo de vida em geral no período 1954/1966.⁽⁴⁴⁾ As informações básicas constam da Tabela seguinte.

44) Essas séries estatísticas sofreram solução de continuidade a partir de 1967.

TABELA 6

Preços Relativos ⁽¹⁾ da Alimentação — 1954/1966

Anos	Recife	Salvador	Fortaleza	São Luís	Campina Grande (2)	Média
1954	107	94	105	98	98	100
1955	115	92	104	99	99	102
1956	118	92	107	98	96	101
1957	121	92	111	93	98	102
1958	127	89	115	89	101	103
1959	119	90	114	91	98	101
1960	116	86	115	92	99	100
1961	119	89	117	93	98	101
1962	130	97	130	99	105	110
1963	139	97	133	109	102	114
1964	137	97	132	106	105	113
1965	129	90	128	211	107	109 (3)
1966	123	90	122	105	107	109

Fonte dos dados originais: IBGE (Anuário Estatístico do Brasil).

NOTAS:

- (1) Relação entre os índices do custo de alimentação e do custo de vida em geral multiplicada por 100. A base dos índices é a média do Brasil em 1948.
- (2) Os dados se referem à cidade de João Pessoa, capital do Estado.
- (3) Média de quatro cidades (exclusive São Luís).

Com relação ao Recife e Fortaleza, observa-se que, de 1954 a 1966, os preços relativos se mantiveram bastante acima da faixa representativa do índice 100. Isto vem a denotar que, durante o período, os incrementos acumulados que ocorreram com relação ao índice do custo de alimentação sempre superaram os do custo de vida em geral.

Quanto a Salvador, os dados também revelam uma bem defi-

nida tendência decrescente nos preços relativos dos alimentos durante o subperíodo 1954/1960. Seguiu-se um quadriênio de incrementos nesses preços. Os três últimos anos da série voltam a se caracterizar por novas reduções nos preços relativos da alimentação. É interessante também acentuar o fato de ser Salvador a única das cidades em observação na qual a razão entre os índices do custo de alimentação e

do custo geral de vida se situou, para todo o período de 1954/66, bastante abaixo da faixa representativa da relação unitária.

Diferentemente do comportamento verificado para o Recife e Fortaleza e à semelhança do ocorrido com relação a Salvador, os preços relativos do item alimentação em São Luís evidenciaram declínios durante os cinco anos iniciais da série. A partir de 1958, os preços relativos da alimentação na capital maranhense passaram a crescer acentuadamente.

Quanto a Campina Grande, notam-se duas fases mais ou menos distintas no comportamento dos preços. A primeira, de 1954 até inícios da década dos sessenta, é caracterizada, a despeito de flutuações algo erráticas, por uma certa estabilidade nos preços relativos. Durante essa fase, os preços se situaram abaixo da faixa representativa do índice 100, superando-o a partir de 1961.

Apesar dessas diferentes fases no comportamento dos preços, o ajustamento das tendências do período considerado revela que os preços da alimentação, exceto em Salvador, estiveram em ascensão.

A função de procura alimentar possibilita também algumas observações empíricas a respeito da participação dos gastos alimentares sobre o orçamento das unidades consumidoras, nas hipóteses de se manterem as tendências verificadas nos preços relativos desse importante item do dispêndio e de uma certa estabilidade na renda *per capita*.

Dada a inelasticidade da função procura, a tendência geral decorrente do incremento nos

preços será, obviamente, para um aumento dessa participação.

Prevalecendo a tendência crescente no período 1954/66, os incrementos dos preços relativos dos alimentos serão responsáveis, até o final desta década pela não liberação para gastos não alimentares de parcela da renda da ordem de 1% a 2% na maioria das cidades consideradas (exceção de Salvador). Admitindo um crescimento na renda *per capita*, essas percentagens também deveriam ser levadas em conta com vistas às estimativas atinentes à participação dos gastos alimentares sobre os orçamentos.

4. AVALIAÇÃO DA DIETA ALIMENTAR

A média geral dos valores energéticos decorrentes da ingestão diária de alimentos nas cidades nordestinas varia de 2.270 calorias em Campina Grande a 2.774 calorias em São Luís. Quanto à ingestão de proteínas, observa-se um mínimo de 70 g por pessoa/dia em Campina Grande e um máximo de 83 g em Salvador.

A parcela dos valores calóricos derivados de produtos amiláceos — cereais, inclusive feijão, massas e tubérculos — se situa em 46%, 52% e 53% em Fortaleza, Salvador e Recife, respectivamente. Atinge, porém, 57% e 61% em Campina Grande e São Luís. O alto número de calorias verificado no consumo alimentar da capital maranhense é explicado substancialmente pela elevada ingestão, entre outras, de um produto rico em carboidrato como é o arroz. Em Fortaleza, o arroz também é a principal fonte calórica entre os alimentos consumidos. Nas demais cidades, o

arroz também assume destaque, embora se situe em plano inferior ao das contribuições calóricas do feijão, da farinha de mandioca e do pão.

As comparações entre cidades a respeito das contribuições das diversas categorias de alimentos na formação dos valores energéticos do consumo revelam que em Fortaleza e no Recife são mais elevados os valores absolutos das calorias provenientes do consumo de *outros* alimentos, item que se apresenta substancialmente ponderado pela inclusão do açúcar. Tais valores atingem, nessas cidades, médias diárias de 445 e 425 calorias/pessoa/dia, respectivamente.

Recife destaca-se, além disso, como a cidade nordestina na qual se observam valores absolutos e relativos mais elevados quanto à participação calórica do consumo de verduras e, sobretudo, frutas. A média diária *per capita* desses alimentos é, na capital pernambucana, da ordem de 156 calorias (6% do total).

Fortaleza e Salvador são também notadas pelos valores calóricos provenientes do consumo de carnes e peixes (442 e 390 calorias/pessoa/dia). A segunda dessas cidades, seguida de São Luís, destaca-se pelos valores calóricos atinentes ao item "gorduras e óleos" (228 e 197 calorias/pessoa/dia, respectivamente).

Finalmente, Campina Grande atinge nível idêntico ao de uma cidade de renda média muito mais elevada, como o é o Recife, entre os núcleos urbanos do Nordeste que aparecem com maior destaque quanto às calorias oriundas da ingestão diária

de laticínios e ovos (163 calorias/pessoa/dia).

Os preços relativamente mais baixos dos amiláceos — sejam eles avaliados a preços de mercado ou a custo de fatores — explicam o fato de que uma grande proporção dos valores calóricos em comunidades pobres deriva desses produtos. "Via de regra, menores dispêndios com terra e mão-de-obra se fazem necessários para produzir mil calorias de valor energético sob forma de amiláceos do que sob forma de qualquer outra categoria de alimentos".⁽⁴⁵⁾

Quanto à ingestão protéica diária, observou-se que a parcela de origem animal (carnes, peixes, laticínios e ovos) gira, para a maioria das cidades em comentário, em torno de 46 a 49%. Em Salvador, dita proporção atinge a 54%. Essas proporções são, assim, bastante aproximadas ou superam àquela de 50%, geralmente aceita como representativa de padrões alimentares mais evoluídos.⁽⁴⁶⁾

Na realidade, quando são feitas comparações internacionais (Tabela 7), observa-se que as médias de ingestão protéica nas cidades nordestinas são, em termos absolutos, quase sempre superiores às aquelas observadas para o Extremo Oriente, Ásia

45) Thomas Poleman, *The Food Economics of Urban Middle Africa: The Case of Ghana*, Food Research Institute Studies, Stanford University, vol. II, n.º 2 (maio, 1961), trad. à p. 149.

46) Vide Magida Bauab, *O Quantitativo Ideal do Consumo Alimentar para o Brasileiro*, Boletim Estatístico do Conselho Nacional de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro n.º 95, julho/setembro de 1966, p. 11.

TABELA 7

Valôres Energéticos e Protéicos do Consumo Alimentar Diário em Cidades Nordestinas e em Diferentes Partes do Mundo

(Médias per capita)

Discriminação	Calorias (por pes- soa/dia)	Proteínas (g/pessoa/dia)			
		Origem Animal (A)	Origem Vegetal (B)	Total (C)	% (A/C)
I. CIDADES DO NORDESTE					
Recife	2.571	40	42	82	49
Salvador	2.422	45	38	83	54
Fortaleza	2.456	35	38	73	48
São Luís	2.774	45	37	82	46
II. DIFERENTES PARTES DO MUNDO					
África	2.454	11	52	63	17
Ásia Comunista	2.200	6	59	65	9
Ásia Ocidental	2.365	13	60	73	18
América Latina	2.640	24	42	66	36
Canadá	3.080	62	32	94	66
Estados Unidos	3.220	66	31	97	68
Europa Mediterrânea	2.660	25	50	75	33
Europa Ocidental (1)	3.040	48	33	81	59
Europa Oriental (2)	2.925	28	50	78	36
Oceania	3.210	67	36	103	65
Oriente Longínquo	2.100	8	48	56	14
União Soviética	2.985	26	66	92	28

Fonte dos dados originais:

- I) Pesquisas BNB/ETENE (já referidas).
- II) The World Food Budget, 1962 e 1966 — US Department of Agriculture, Foreign Agricultural Report, n.º 4, outubro, 1961.

NOTAS:

- (1) Exclusive Europa Mediterrânea.
- (2) Exclusive União Soviética.

Comunista, África, Ásia Ocidental e América Latina. As médias de algumas cidades, notadamente a do Recife, mostram-se além disso, superiores ou bastante próximas às da Europa Mediterrânea, Europa Oriental (inclusive URSS) e Europa Ocidental, embora fiquem aquém das ati-

nentes ao Canadá, Estados Unidos, Oceania e União Soviética.

Por outro lado, as proteínas de origem animal, tanto em termos absolutos como em termos de sua proporção sobre a média da ingestão protéica diária, somente ficam, no caso nordestino, aquém dos valores observados para as

áreas mais desenvolvidas do mundo, como o Canadá, os Estados Unidos, a Oceania e a Europa Ocidental. Os valores atinentes ao Nordeste superam os da União Soviética.

Com referência aos valores energéticos do consumo alimentar, as médias das cidades nordestinas aparecem muito menos expressivas se comparadas às das diversas regiões ou países do globo. O valor calórico médio da cidade de Campina Grande supera apenas os da Ásia Comunista e do Extremo Oriente. As médias de Fortaleza e Salvador superam, além daquelas, apenas as da Ásia Ocidental, e se aproximam às da África. Mesmo as duas médias calóricas mais elevadas no Nordeste, as de São Luís e do Recife, são bastante próximas ou superam ligeiramente as médias referentes à América Latina e Europa Mediterrânea, ficando bastante aquém das médias observadas para a Europa Oriental, Europa Ocidental, União Soviética e outras áreas desenvolvidas.

Em suma, quando comparadas às das diversas áreas do mundo, as médias *per capita* do consumo alimentar nas cidades nordestinas apresentam-se quantitativa e qualitativamente mais satisfatórias em termos de ingestão proteica, embora em valores calóricos sejam, em vários casos, comparáveis às médias que prevalecem em áreas subdesenvolvidas do mundo.

Deve-se notar, contudo, que as comparações anteriores são meros indicadores, desde que não há uniformidade nos coeficientes técnicos de conversão energética e nutritiva usados pelos países e os diferentes *universos* se acham influenciados pelas diferenças

de renda, localização da população (urbana e rural), na composição etária, no peso, estatura, sexo e tipos de atividades que são exercidas. Observe-se, a propósito, que aqui são comparadas as médias de cidades principais do Nordeste com médias de países e regiões. As médias nacionais podem ser bastante afetadas, no sentido de uma dieta com maior consumo de alimentos calóricos e, portanto, mais barata, em virtude da inclusão do setor agrícola, em que é mais baixa a renda e maior a exigência de esforço muscular.

Procedeu-se também a uma avaliação da dieta alimentar das camadas mais pobres da população urbana nordestina, atendendo a que a análise até agora desenvolvida fôra em termos de consumo médio.

As médias diárias do consumo das pessoas mais pobres se situam a níveis que variam em valores energéticos entre 1.687 e 2.104 calorias e, em proteínas, entre 49 e 66 gramas, em Fortaleza e Recife.

Como seria lógico esperar, as participações de calorias e proteínas de origem vegetal — sobretudo amiláceas — são nas camadas mais pobres ainda mais elevadas do que as observadas com relação às médias das cidades.

No que concerne a proteínas, a percentagem de origem animal é menor nas camadas de consumidores mais pobres relativamente a das médias das cidades. Apesar disso, essas participações são significativas, mesmo em termos absolutos, se comparadas aos dados internacionais.

Verificou-se que os níveis da dieta alimentar dessa categoria de consumidores são menos satisfatórios em Fortaleza e São Luís. Nessas duas cidades, as ingestões calóricas e protéicas dos consumidores mais pobres representam 2/3 das médias locais. Além disso, em Fortaleza, o consumo diário de carnes, peixes, ovos e laticínios, das pessoas mais pobres representava, em calorias e proteínas, apenas um terço das respectivas médias.

Os amiláceos e outros produtos (café, açúcar e doces) são as categorias alimentares cujas médias de ingestão protéica e calórica mais se aproximam das médias calculadas para as diferentes cidades. Vale destacar o caso de Salvador, onde a média da ingestão protéica de produtos amiláceos por parte dos consumidores mais pobres (38 g/pessoa/dia) é ligeiramente superior à respectiva média local (37 g/pessoa/dia).

Há uma tendência à aceitação de que a dieta alimentar do Nordeste vem-se deteriorando no decorrer dos últimos 15 a 20 anos. Pelo menos no que se refere às cidades e, particularmente no caso do Recife, um inquérito levado a efeito em 1932⁽⁴⁷⁾ sobre condições alimentares na referida cidade revelou um teor energético de 1.645 calorias diárias, enquanto outro inquérito ali realizado seis anos depois, ⁽⁴⁸⁾ encontrou um teor energético de

1.625 calorias. Além disso, em ambos os inquéritos notaram-se a monotonia da dieta; no primeiro deles, por exemplo, a dieta era "quase exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar", enquanto que "... só 19% das famílias recenseadas consumiam leite e apenas 16% faziam uso de frutas."⁽⁴⁹⁾

Comparando, por um lado, a frequência de consumo observada naqueles inquéritos com a das pesquisas do BNB⁽⁵⁰⁾ e, além disso, as médias energéticas do consumo, chega-se à conclusão de que, entre anos extremos de um período aproximado de 2,5 a 3 décadas teria havido no Recife substancial melhoria na dieta alimentar.⁽⁵¹⁾

49) Josué de Castro, op. cit., pp. 120/121.

50) Vide BNB, *Abastecimento de Gêneros Alimentícios da Cidade do Recife*, ETENE, Fortaleza, dezembro, 1962, mimeo.

51) Pesquisa do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre consumo alimentar do Recife, em 1961, chega a uma média de consumo alimentar em valores calóricos por unidade equivalente, de 3.296 calorias. Veja-se, a propósito, A. Carolino Gonçalves et alii, *Problemas do Abastecimento Alimentar no Recife*, Recife, IJNPS, 1962, sobretudo o Anexo V, tabela 22, p. 46. Vale ressaltar que este inquérito não abrangeu, porém, a população situada no nível de mais baixa renda, porque esse grupo de consumidores, para os autores do trabalho, "...participa apenas dos problemas de abastecimento da cidade como um dos fornecedores de mariscos, siris, caranguejos, guaiamuns, mas, mesmo assim, de maneira precária e irregular, e não-organizada." Idem, *ibidem*, p. 55. Por outro lado, pesquisa mais recente realizada pela Fundação Getúlio Vargas sobre orçamentos familiares determina para o Recife uma média calórica diária de 2.519 calorias e 82 g de proteínas.

47) Realizado por Josué de Castro, *Geografia da Fome*, Ed. Brasileira, 9.^a ed., Rio de Janeiro, pp. 120/121.

48) Realizado por Antônio Freire e A. Carolino Gonçalves, *Sondagens sobre o Custo de Vida nas Classes Trabalhadoras do Recife*, citado por Josué de Castro, op. cit., p. 121.

5. SUMÁRIO

1. O trabalho é uma análise do consumo alimentar urbano no Nordeste com base nas informações disponíveis sobre cinco cidades da área, a saber: Recife, Salvador, Fortaleza, São Luís e Campina Grande.

2. Constatou-se, inicialmente, que a população urbana nordestina vem crescendo a ritmo acelerado (5% ao ano) e se concentrando nas maiores cidades costeiras da Região.

3. O citado crescimento populacional apresenta as seguintes características: a) acentuada emigração rural que contribui para explicar substancialmente o ritmo da urbanização nordestina; b) decréscimos nas taxas brutas de mortalidade nas cidades e áreas rurais do Nordeste, as quais, contudo, ainda não atingiram os baixos níveis prevalentes nas maiores cidades do Centro-Sul do país; c) elevado grau de concentração da população urbana nas faixas de idades não produtivas (menos de 15 anos); d) elevado grau de desigualdade na distribuição da renda urbana.

4. É elevada a participação dos gastos alimentares totais nos orçamentos familiares, atingindo, em média de 50% a 70%. Chegam a representar 96% dos orçamentos familiares das unidades consumidoras mais pobres.

5. Não obstante, os coeficientes de elasticidade-renda calculados para os referidos gastos são da ordem de 0,6. Não parecem muito elevados quando comparados aos de cidades e áreas subdesenvolvidas.

6. É significativa a frequência de consumo e a participação dos produtos de origem animal (notadamente representados por carne fresca bovina) nos dispêndios com alimentação. Variam entre 30 a 40% entre os níveis extremos de renda.

7. O consumo de produtos de origem animal se apresenta inelástico à renda. Essa inelasticidade varia entre 0,6 a 0,7 quando mensurada em termos de ingestão protéica. O fato seria, em parte, determinado pelas condições de ocupação econômica do Nordeste, onde, historicamente, teria se formado um hábito de consumo baseado em produtos de origem pecuária.

8. Os coeficientes de elasticidade-renda calculados para 32 produtos revelaram que apenas farinha de mandioca é um bem inferior em todas as cidades consideradas. Feijão, charque, fubá de milho, batata-doce e uns poucos outros produtos também apresentam essa tendência em algumas cidades.

9. Os coeficientes de elasticidade-preço calculados para vinte produtos evidenciaram que a maioria dos produtos amiláceos, verduras, algumas frutas, açúcar, café, bem como carne fresca bovina são alimentos de procura inelástica.

10. As projeções do consumo total com base em hipóteses de crescimento da população e da renda (3% a 5% a.a.) revelam que entre 1967 e 1975 os maiores incrementos no consumo total de alimentos ocorrerão para o leite *in natura* (138 a 145%), carne avícola (97% a 130%), ovos

(90% a 110%), batata-inglês (85% a 106%), manteiga e carne fresca bovina (76% a 91%) e tomate (75% a 89%). A farinha de mandioca, na qualidade de bem inferior, apresentaria o menor incremento (43% a 38%).

11. Abstraído o crescimento da renda e prevalecendo a tendência nos preços relativos da alimentação observada no período 1954/1966, o incremento desses preços será responsável pela não liberação para gastos não alimentares de parcela da renda da ordem de 1% a 2%.

12. As médias de consumo alimentar diário nas cidades nordestinas em termos de valores energéticos e protéicos não são muito baixas: 2.270 a 2.774 calorias e 70 a 83 g de proteínas. Superam os valores atinentes à

maioria das áreas subdesenvolvidas e, no que se refere a proteínas, se aproximam bastante dos valores estimados para várias áreas desenvolvidas. Isto é mais significativo no que toca à ingestão de proteínas de origem animal. Além disso, informações históricas parecem evidenciar que a dieta da população da maior cidade da Região, o Recife, teria melhorado no decorrer das últimas três décadas.

13. Quanto às médias dos consumidores mais pobres, variam entre 1.687 a 2.104 calorias e 49 a 66 g de proteínas diárias. Elas se apresentam menos insatisfatórias no que toca a proteínas, inclusive com relação às de origem animal. Isto não significa dizer, entretanto, que sejam satisfatórios aos padrões de alimentação desses consumidores.

INDÚSTRIA HOTELEIRA DO NORDESTE (*)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o turismo mundial tem evoluído em ritmo superior ao de qualquer outra atividade econômica. Têm, assim, sido postos em relêvo seus aspectos de dinamizador da economia e meio de redução de desequilíbrios das balanças de pagamentos. (1)

Consciente do papel estratégico que tal atividade pode representar numa economia subdesenvolvida e das mutações que o progresso tecnológico induz no panorama turístico atual (dentre os quais a aproximação das regiões distantes dos mercados principais, com as perspectivas de barateamento dos custos de transporte), passou o Brasil a envidar esforços no sentido de auferir benefícios dessa indústria.

(*) Síntese da pesquisa preparada pelo Economista Afonso César Coelho Ribeiro, sob a supervisão do Chefe da Divisão de Indústria do ETENE, Economista Augusto Glaucio Falcão Gondim.

1) Na Espanha e no México, os gastos dos turistas proporcionaram 40% e 13% da receita de dólares nesses países, em 1964, contribuindo, em 1965, com aproximadamente 4% e 5% para a formação de seus respectivos PNBs, segundo cálculos da União Internacional de Organizações Oficiais de Turismo (IUOTO).

Com êsse objetivo foram instituídos (2) o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o primeiro para coordenar e a segunda para promover e executar a política nacional no setor, dentro de uma sistemática onde se destaca a mobilização da iniciativa privada através da concessão de incentivos fiscais, em todo o território nacional.

Nas áreas nordestina e amazônica êsses incentivos equiparam-se aos da SUDENE e SUDAM, porquanto redundam em abatimento de 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas para aplicação na construção, ampliação e melhoria de instalações hoteleiras dessas regiões.

Prevendo que a política ensejaria a formação de demanda de crédito numa nova linha na sua área de operações, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. decidiu inteirar-se dos diversos aspectos do sistema regional de hospedagem, razão por que foi elaborado um estudo dêsse setor.

A pesquisa realizada no primeiro semestre de 1968, abrangeu 102

2) Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966.

hotéis em 24 cidades ⁽³⁾, sendo 58 localizados nas 9 capitais visitadas.

ASPECTOS GERAIS

O parque hoteleiro nordestino participa com 20,8% no total dos

hotéis ⁽⁴⁾ do País. Os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará contam 58,9% do total de estabelecimentos. O sistema hoteleiro do Nordeste representa 9,1% da capacidade nacional de alojamento e recebeu 12,2% da quantidade de hóspedes do País em 1966.

TABELA 1

Aspectos Gerais da Indústria Hoteleira do Nordeste Segundo os Estados

1966

Estados e Capitais	Número de Estabelecimentos		Capacidade de Alojamento (1)		Entrada de Hóspedes no Ano	
	Números Absolutos	% s/o total do NE	Números Absolutos	% s/o total do NE	Números Absolutos	% s/o total do NE
Maranhão	140	8,5	1.207	6,5	84.654	4,8
Piauí	128	7,8	1.054	5,6	109.456	6,2
Ceará	221	13,5	3.178	17,1	308.268	17,3
R. G. do Norte	92	5,6	945	5,1	84.540	4,8
Paraíba	139	8,5	1.821	9,8	100.866	5,7
Pernambuco	259	15,8	5.026	27,0	284.027	15,9
Alagoas	110	6,7	1.536	8,2	71.311	4,0
Sergipe	65	4,0	994	5,3	37.197	2,1
Bahia	487	29,6	2.878	15,4	696.943	39,2
NORDESTE (2)	1.641	20,8	18.639	9,1	1.777.262	12,2
BRASIL	7.909	—	204.496	—	14.546.946	—

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE), 1967.

NOTAS:

- (1) Considerando uma pessoa por quarto e duas por apartamento.
(2) Percentagens em relação ao total nacional.

Refletindo o que se observa para o País, as capitais do Nordeste absorvem significativa parcela do mercado regional (38,8%

da capacidade de alojamento e 32,4% do total de hóspedes recebidos em 1966), em decorrência, principalmente, da existência de melhores condições infra-estruturais (energia elétrica, transportes, comunicações, água e esgotos etc.), básicas para o desempenho das atividades de hotelaria.

3) São Luís, no Maranhão; Teresina e Parnaíba, no Piauí; Fortaleza, Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará; Natal e Mossoró, no Rio Grande do Norte; João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba; Recife, Caruaru, Garanhuns e Petrolina, em Pernambuco; Maceió, em Alagoas; Aracaju, em Sergipe; Salvador, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Jequié, Juazeiro e Vitória da Conquista, na Bahia.

4) Hotéis são estabelecimentos que oferecem unidades mobiliadas, com ou sem refeições, para ocupação temporária, mediante o pagamento de diárias (Resolução n.º 25, de 14-12-67, do Conselho Nacional de Turismo).

TABELA 2

*Aspectos Gerais da Indústria Hoteleira do Nordeste
Segundo as Capitais*

1966

Capitais	Número de Estabelecimentos		Capacidade de Alojamento ⁽¹⁾		Entrada de Hóspedes no Ano	
	Números Absolutos	% s/o Estado resp.	Números Absolutos	% s/o Estado resp.	Números Absolutos	% s/o Estado resp.
São Luís	20	14,3	429	35,5	14.821	17,5
Teresina	18	14,1	253	24,0	33.671	30,8
Fortaleza	29	13,1	1.225	38,5	90.709	29,4
Natal	21	22,8	372	39,4	31.452	37,2
João Pessoa	13	9,4	320	17,6	12.012	11,9
Recife	22	8,5	1.612	32,1	66.079	23,3
Maceió	10	9,1	506	32,9	18.413	25,8
Aracaju	20	30,8	472	47,5	17.888	48,1
Salvador	44	9,0	2.044	71,0	290.491	41,7
Capitais do Nordeste ⁽²⁾	197	12,0	7.233	38,8	575.536	32,4
Capitais Brasileiras ⁽³⁾	1.205	15,2	70.066	34,3	4.261.545	29,3

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE), 1967.

NOTAS:

- (1) Considerando uma pessoa por quarto e duas por apartamento.
- (2) Percentagens em relação ao total regional.
- (3) Inclusive Guanabara e Distrito Federal. Percentagens em relação ao total nacional.

O predomínio da pequena empresa é característica do sistema hoteleiro regional. Assim, observou-se que apenas 1/4 dos hotéis situados nas capitais possuem mais de 50 aposentos, ao passo que, nas demais cidades, hotéis dessa dimensão representam menos de 10% das unidades ali pesquisadas.

OFERTA

Nos estabelecimentos visitados foi apurada uma oferta de 4.376 cômodos, dos quais 2.701 dotados de banheiro privativo (apartamentos).

O exame da evolução da quantidade de acomodações revelou

um crescimento de 240 aposentos por ano, de 1959 a 1967. Se mantido tal comportamento, a oferta regional terá duplicado em 1969, relativamente à situação de 10 anos atrás.

Decorrente da manifestação de acentuada preferência dos hóspedes por apartamentos, a participação de quartos em relação ao total de aposentos decresceu de 52,9% para 38,7% no período mencionado. Conjugando-se essa observação à de que a EMBRATUR exclui da sua política de financiamento os hotéis que possuam menos de 60% de apartamentos no total de acomodações oferecidas, conclui-se que prosse-

guirá a tendência de melhoria das condições de hospedagem, implicando daí que, em 1971, os principais estabelecimentos da Região estarão capacitados a aco-

lher um número de pessoas 2,5 vezes maior que o efetivo que podiam hospedar em 1959, conforme se projetou na Tabela n.º 3.

TABELA 3

Indústria Hoteleira do Nordeste
Evolução da Oferta dos Hotéis Pesquisados

1959 e 1967-71

Anos	Quartos		Apartamentos		Total de Acomodações		Capacidade de Alojamento (1)	
	Números Absolutos	% s/o total acom.	Números Absolutos	% s/o total acom.	Números Absolutos	Índice	Números de Pessoas	Índice
1959	1.255	52,9	1.119	47,1	2.374	100	3.493	100
1967	1.667	38,7	2.646	61,3	4.313	182	6.959	199
1968 (2)	1.718	37,7	2.837	62,3	4.555	132	7.392	212
1969	1.770	36,9	3.027	63,1	4.797	202	7.824	224
1970	1.821	36,1	3.219	63,9	5.040	212	8.259	236
1971	1.873	35,5	3.409	64,5	5.282	222	8.651	248

FONTE: Coleta Direta.

NOTAS:

- (1) Considerando uma pessoa por quarto e duas por apartamento.
- (2) Os dados do período 1968/71 foram calculados projetando-se as seguintes razões de crescimento anual, em números absolutos: para quartos — 51,5; para apartamentos — 190,875.

DEMANDA

Viagens de negócios constituem o principal motivo da demanda por hotéis no Nordeste. O pequeno percentual de turistas (20% do total de hóspedes de todos os hotéis pesquisados), que se concentra nas grandes cidades litorâneas poderia ser aumentado e melhor distribuído na Região, dependendo de melhoria na infra-estrutura do setor, desde que é comprovada a existência de fatores recreativos exploráveis (praias, monumentos históricos, paisagens naturais etc.). Note-se que no

deslocamento de seu ponto de origem ao de destino, 48% dos hóspedes utilizaram a via terrestre em 1967, tendendo essa percentagem a aumentar nos anos seguintes. (5)

- 5) Embora o número de passageiros desembarcados nos aeroportos principais do Nordeste não tenha seguido ultimamente uma tendência definida, as observações durante a pesquisa conduzem à opinião de uma redução na participação relativa do transporte aéreo, tanto mais se se considerar o acelerado ritmo de pavimentação que vêm alcançando as rodovias de ligação inter-regional.

A demanda por acomodações em hotéis no Nordeste é gerada essencialmente dentro do País. A participação de correntes procedentes do exterior (5% do total de hóspedes) poderia ser incrementada, com boas perspectivas, para as cidades do Recife, Salvador e Fortaleza, desde que se fizesse coincidir o afluxo dos turistas com as épocas de menor intensidade da demanda, que, aliás, se revelou bastante instável no decorrer do ano. Nada obstante, ficaram assim caracterizadas as seguintes fases da demanda:

- a) intensa em janeiro, fevereiro e julho;
- b) fraca nos meses de março a junho e dezembro;
- c) de intensidade média no período de agosto a novembro.

PERSPECTIVAS

A oferta mostra-se em plena evolução e o empresariado manifesta expectativas otimistas sobre o mercado nos próximos anos, confirmando as projeções efetuadas a partir da série de dados obtida no inquérito.

A indústria hoteleira regional apresentou uma média diária de 65% de aposentos ocupados em 1967. Análise desse aspecto, segundo as cidades e o tipo de hotel, revelou indícios de insuficiência da rede hospedeira, pelo

menos nas épocas de intensa demanda, para as cidades a seguir:

Tipo de Hotel (6) e Cidades	Grau de Utilização (%) de aposentos ocupados)
<i>Grandes hotéis</i>	
Recife e Garanhuns	superior a 84%
<i>Hotéis de nível médio</i>	
São Luiz, Recife e Salvador	de 75% a 80%
<i>Pequenos hotéis</i>	
Teresina, Parnaíba, Fortaleza, Natal e Itabuna	de 75% a 90%.

Nas demais localidades objeto da pesquisa, as instalações existentes vêm satisfazendo as necessidades da demanda, apresentando índices de utilização inferiores a 70 % dos aposentos ocupados em 1967.

Considerando-se, porém, as projeções da oferta, o total de hóspedes para a Região terá de crescer a uma taxa superior a 6% ao ano, a fim de que se reduzam os atuais níveis de capacidade ociosa das empresas de hospedagem no Nordeste. (7)

Estas constatações indicam que a política mais adequada à realidade nordestina é a da instalação de hotéis de nível médio, conforme, aliás, recomendam a maioria dos órgãos oficiais e os responsáveis pela indústria hoteleira regional.

6) Considere-se grandes hotéis aqueles de mais de 50 aposentos e 50 empregados, com, no mínimo, 60% de apartamentos; hotéis de nível médio devem ter mais de 20 aposentos e um mínimo de 1 empregado para cada 3 aposentos; e pequenos hotéis são os que não se enquadram nos níveis anteriores.

7) Esse resultado se obtém calculando a taxa anual de crescimento da capacidade de alojamento (Tabela n.º 3), no período 1967-71.

O CONSUMO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS NA CIDADE DE RECIFE(1)

ANTECEDENTES

Com o vigoroso crescimento das zonas urbanas nordestinas, expresso pelas altas taxas geométricas de incremento anual das populações — em algumas cidades chega a ultrapassar 7% —, aumentam, naturalmente, as necessidades de suprimento de produtos industriais de utilização final no Nordeste.

Incentivados por esta crescente demanda, originária não apenas do aumento do número de habitantes mas também da elevação nos níveis de renda e dos estímulos criados pelo Governo Federal para a Região, os empresários têm procurado investir cada vez mais no setor industrial nordestino. Todavia, a deficiência ou a inexistência de dados estatísticos sobre o mercado dos vários artigos consumidos na Região tem-se constituído um sério obstáculo à elaboração de estudos que possam orientar, de uma maneira segura, a realização de novos investimentos.

Diante deste quadro e tendo em vista principalmente a importância que estas informações significam para o desenvolvimento

industrial da Região, o Banco do Nordeste do Brasil, através do seu Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), procurou minorar tal dificuldade realizando pesquisas sobre o consumo de mais de uma centena de produtos industriais de utilização final, nas capitais e principais cidades nordestinas.

A pesquisa realizada em Recife,⁽²⁾ objeto deste artigo, recebeu, durante os trabalhos de campo, a cooperação de várias instituições, destacando-se entre elas o Governo do Estado de Pernambuco, através do CONDEPE, o Instituto de Pesquisas Econômicas da U.F.P., e os estudantes universitários que realizaram a coleta de dados junto às unidades familiares.

OBJETIVOS

O objetivo básico da pesquisa foi dimensionar, em termos meramente quantitativos, o consumo de mais de uma centena de artigos industriais na área urbana dos municípios de Recife, Jaboatão,

1) Inclusive as zonas urbanas dos municípios de Jaboatão, Olinda e Paulista.

2) Este trabalho constitui uma síntese da pesquisa original preparada pelos técnicos da Divisão de Indústria Raimundo Nonato de Fátima Cavalcante, Mirto Lopes da Silva e Hélio Justa, sob a coordenação do Economista Francisco Alzir de Lima.

Olinda e Paulista, procurando com isso oferecer subsídios ao setor privado no sentido de facilitar a tomada de decisões na aplicação de novos capitais.

Tais informações serão utilizadas também pelo Departamento Industrial do BNB, SUDENE e outras entidades da Região, quando da análise de projetos que solicitem financiamento ou concessão de incentivos fiscais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O levantamento dos dados que possibilitaram a quantificação do consumo efetivo dos produtos industriais de utilização final, na área urbana dos municípios de Recife, Jaboatão, Olinda e Paulista, foi feito diretamente junto a uma amostra de 1.328 domicílios, determinada pelo processo aleatório simples, uma vez que os fatores custo, tempo e pessoal disponível evidenciaram ser impraticável a aplicação do processo censitário.

O cadastramento do Censo Escolar de 1964, realizado pelo Serviço Nacional de Recenseamento na área que constitui o universo do inquérito, foi o documento básico para a execução do plano de amostragem, sendo complementado com uma lista das residências edificadas no período compreendido entre o referido censo e a época da investigação.

De acordo com citadas informações a área da pesquisa contava, em março de 1967, com 226.097 residências, das quais 174.501 (77,1%) pertenciam a Recife, 24.088 (10,7%) a Olinda, 19.905 (8,8%) a Jaboatão e 7.603 (3,4%) a Paulista.

Objetivando facilitar a tabulação dos dados e dar melhor ordenação às informações coletadas, procurou-se classificar os vários produtos pesquisados em sete grupos, como segue:

- 1 — Produtos Alimentares
- 2 — Produtos de Vestuário
- 3 — Calçados e Artefatos de Couro e Plástico
- 4 — Produtos de Limpeza Doméstica
- 5 — Produtos de Higiene Pessoal
- 6 — Bens Duráveis: a) de uso pessoal; b) de uso domiciliar
- 7 — Produtos Diversos.

RENDA DAS UNIDADES CONSUMIDORAS⁽³⁾

As informações sobre os rendimentos das pessoas permitiram apresentar o consumo dos vários produtos por níveis de renda, mostrando a relação existente entre os índices de consumo e o poder aquisitivo dos consumidores. Com estes dados, procedeu-se a uma estratificação, *a posteriori*, das unidades pesquisadas, tornando possível uma análise da distribuição da renda total das famílias entre as diversas camadas da população, classificadas por faixas de renda, como mostra a tabela 1.

- 3) Convencionou-se como renda das unidades consumidoras o montante das receitas sem qualquer desconto, percebidas mensalmente por todos os elementos da residência, proveniente de salários, vencimentos, soldos, rendimentos de profissionais liberais e de trabalhadores autônomos, de renda de imóveis e valores imobiliários, de auxílios em dinheiro, de aposentadoria de Instituto, de venda de artigos de produção própria etc.

TABELA 1

Distribuição da População e da Renda Familiar na Área Urbana de Recife, Jaboatão, Olinda e Paulista, por Níveis de Renda Per Capita Mensal

1967

Níveis de Renda Per Capita Mensal (NCr\$ 1,00)	Dados Simples		Dados Acumulados	
	Percentagem de Pessoas	Percentagem da Renda To- tal recebida	Percentagem de Pessoas	Percentagem da Renda To- tal recebida
Menos de 10	7,61	8,88	7,61	0,88
10 — 20	20,27	5,05	27,88	5,93
20 — 40	27,81	13,46	55,69	19,39
40 — 80	22,12	21,03	77,81	40,42
80 — 160	14,82	27,90	92,63	68,32
160 — 240	4,43	14,79	97,06	83,11
240 — 400	2,62	13,69	99,68	96,80
400 — 640	0,32	3,20	100,00	100,00
T o t a l	100,00	100,00	—	—

Fonte dos dados originais — BNB/ETENE.

Pela tabela, pode-se constatar que mais da metade da população urbana dos quatro municípios tem renda *per capita* mensal inferior a NCr\$ 40,00. Comparando-se os percentuais das duas primeiras colunas, em cada faixa de rendimentos, é fácil notar ainda as disparidades existentes entre as distribuições da população e da renda, exceção feita apenas para o nível de NCr\$ 40,00 a NCr\$... 80,00, onde há certo equilíbrio entre os dois valores.

De acordo com os dados da

amostra, a renda *per capita* mensal dos habitantes da área em estudo era, em março de 1967, de NCr\$ 57,68, correspondendo a 59,5% do salário-mínimo médio ⁽⁴⁾ vigente naquele ano, en-

4) Igual a NCr\$ 96,95, resultante da média aritmética ponderada dos salários-mínimos do Recife (NCr\$ 100,80) e das outras cidades, (NCr\$ 84,00), vigentes em 1967, tendo como pesos a participação percentual de cada grupo sobre o total de domicílios existentes na área na época da pesquisa: 77,1% para Recife e 22,9% para Jaboatão, Olinda e Paulista juntos.

quanto a renda mensal por família⁽⁵⁾ foi calculada em NCr\$ 331,08, equivalente a 3,4 vezes o mesmo salário-mínimo médio.

A renda mediana das pessoas ali residentes (NCr\$ 35,95), também obtida a partir das informações coletadas, representa apenas 38% do referido salário-mínimo, significando dizer que 50% das pessoas residentes na área pesquisada auferem renda *per capita* pouco superior a 1/3 do salário-mínimo médio.

Para se ter uma visão gráfica de como se distribui a renda total dos domicílios entre os habitantes da área investigada, apresenta-se a seguir a Curva de Lorenz, construída com as informações inseridas na tabela 1.

O gráfico revela que cerca de 80% da população recebem menos de 50% da renda total das famílias, enquanto pequena percentagem (7%) retém mais de 30% dessa mesma renda.

Convém frisar que as conclusões extraídas do inquérito, principalmente no que se refere à renda, não devem ser consideradas como válidas para a cidade do Recife isoladamente, uma vez que o universo da pesquisa incluiu áreas de níveis de renda reconhecidamente mais baixos que os da capital pernambucana⁽⁶⁾.

POPULAÇÃO

A população da área pesquisada, em 1967, era de, aproximadamente, 1,3 milhão de habitan-

tes, com 3/4 concentrados em Recife, apresentando um crescimento geométrico de 3,6% a.a., registrado no período 1960/67.

Daquele total, 45,7% pertencem ao sexo masculino, o que vem mostrar a predominância do elemento feminino na população daquelas cidades. Dividindo-se a população em duas faixas de idade, segundo o sexo, tem-se a seguinte distribuição:

Pessoas com idade até 14 anos, inclusive

- Meninos 19,1%
- Meninas 19,1%

Pessoas com idade superior a 14 anos

- Homens 26,6%
- Mulheres 34,8%

Admitindo-se constância daquela taxa de crescimento populacional para os próximos anos, pode-se obter as seguintes projeções do número de habitantes e de domicílios para a área pesquisada:

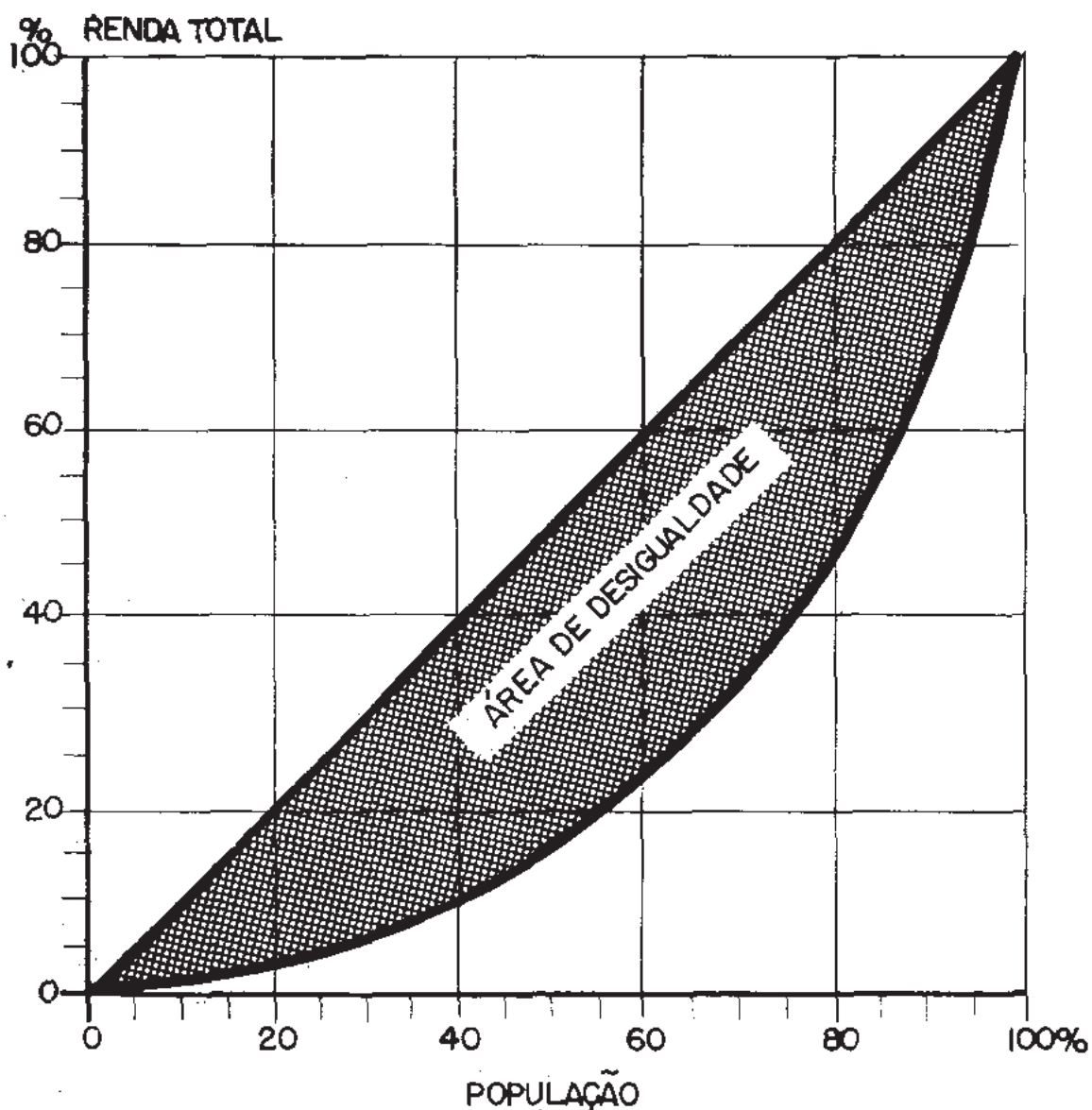
Anos	População (Em 1.000 hab.)	Domicílios (Em 1.000 dom.)
1969	1.392	242,4
1970	1.442	251,2
1971	1.494	260,2

Com relação à distribuição etária da população, constatou-se como principal característica a elevada percentagem de pessoas jovens: cerca de 52% têm idade inferior a 20 anos. A pirâmide populacional, construída com os dados da amostra, apresenta-se de modo irregular nas faixas que formam a sua base, notando-se ainda a maior participação do sexo feminino em todos os grupos de idade.

5) A pesquisa registrou uma média de 5,74 pessoas por domicílio.

6) O salário-mínimo vigente em 1967, nos municípios de Jaboatão, Olinda e Paulista correspondia a 84% do salário-mínimo em vigor na capital do Estado.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR NA ÁREA URBANA DOS MUNICÍPIOS DE RECIFE, JABOATÃO, OLINDA E PAULISTA 1967



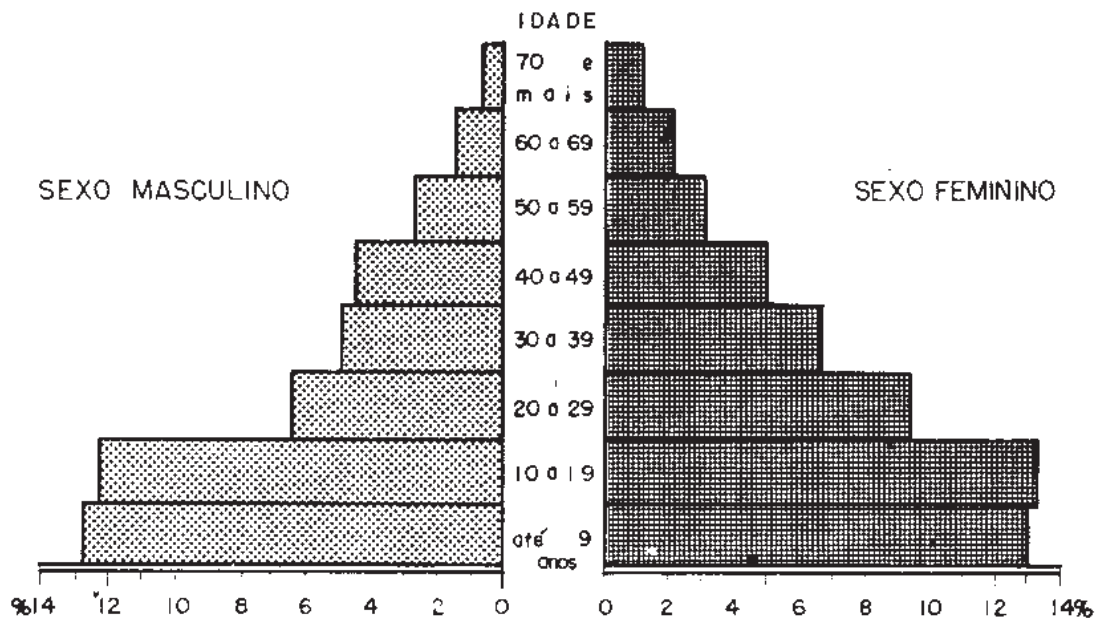
FONTE: COLETA DIRETA

ETENE / BNB - Des. sucupira

RECIFE (1)

PIRÂMIDE POPULACIONAL

1967



FONTE: COLETA DIRETA

(1) Inclusive Jaboatão, Olinda e Paulista.

ETENE/BNB

Des. Supupira / 05/69

Sem se levar em consideração o sexo, a população inquirida revelou a seguinte composição percentual, por faixas de idade:

Faixas de idade (anos)	% da população
Até 4	12,4
De 5 a 9	13,5
De 10 a 14	12,8
De 15 a 19	12,8
De 20 a 24	8,6
De 25 a 29	7,3
De 30 a 39	11,7
De 40 a 49	9,5
De 50 a 59	5,9
De 60 a 69	3,6
De 70 e mais	1,9

DOMICÍLIOS

Na época do inquérito, o universo da pesquisa contava com aproximadamente 226.100 domicílios.

No tocante às características das residências, revelou a pesquisa que mais da metade dos domicílios investigados, ou seja, 58,5%, pertenciam a seus próprios ocupantes, enquanto 38,2% eram alugados e apenas 3,3% estavam na condição de cedidos.

No que tange ao tipo de construção, verificou-se que cerca de 52,8% das residências visitadas foram edificadas com tijolo, 7,2% com madeira e 40% eram de taipa. Estes dois últimos itens eram

constituídos, na sua maioria, por casebres habitados por favelados, apresentando precárias condições de higiene.

Apenas 22,8% dos domicílios eram servidos pela rede de esgotos das cidades e 66,2% possuíam fossas sépticas próprias. Os 11% restantes não dispunham de qualquer espécie de esgoto.

Com relação ao item *energia elétrica*, constatou-se que 12% das residências não estavam ligadas à rede de distribuição da área.

O CONSUMO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

Os produtos considerados essenciais, independentemente do tipo e qualidade, são consumidos pela quase totalidade da população, em quantidades que variam de acordo com os níveis de renda dos consumidores.

No entanto, para os artigos de consumo ou uso eventual, ou ainda para aqueles cujos preços estão ao alcance somente das classes de renda mais elevada, a pesquisa constatou baixas frequências (7) dos domicílios na utilização dos mesmos.

Com relação à participação dos produtos industriais no orçamento das famílias residentes na área da pesquisa convém mencionar os resultados de um trabalho realizado pelo Centro de Estatística e

Econometria da Fundação Getúlio Vargas (8), para o período de 1961/62, relativos à cidade do Recife. De acordo com esse estudo, os gastos com aquisição de determinados grupos de produtos industriais tinham, em média, a seguinte participação no montante das despesas correntes das famílias localizadas na capital pernambucana:

— Produtos alimentares	24,5%
— produtos de vestuário	9,4%
— produtos de higiene pessoal	1,1%
— produtos de limpeza doméstica ..	1,5%

Com base nos dados da pesquisa, estimou-se, para 1969, o consumo anual ou disponibilidade (9) dos produtos selecionados. São feitos, a seguir, os comentários pertinentes a cada grupo de produtos.

PRODUTOS ALIMENTARES

Incluiu-se neste grupo um total de vinte e cinco artigos industrializados e, de acordo com os dados da pesquisa, doze deles são consumidos em mais da metade dos domicílios daquela área.

Esses doze produtos, com os respectivos índices de consumo anual *per capita*, constam da tabela seguinte, pela ordem crescente de frequência:

7) Frequência é a percentagem de residências cujos moradores consomem ou utilizam o produto. Quando se diz, p.e., que a frequência dos domicílios no consumo de manteiga é de 70%, significa dizer que 70% das unidades visitadas declararam consumir este produto.

8) Pesquisa sobre Orçamentos Familiares — **Ponderações**, 1961/1962.

9) Entende-se por disponibilidade a quantidade de determinado bem existente na área investigada por ocasião do inquérito.

TABELA 2

*Estimativa do Consumo Anual de Produtos Alimentares
e Frequência dos Domicílios na sua Utilização*

Produtos	Quant. consumida	Frequência %
Maizena	1,913 kg	50
Queijo	2,368 "	52
Leite em pó	3,703 "	58
Margarina	2,651 "	67
Doce em massa	4,129 "	68
Manteiga	2,474 "	70
Fubá ou creme de milho	4,684 "	75
Biscoitos e bolachas	6,842 "	80
Óleo vegetal	4,924 "	86
Macarrão	7,293 "	92
Vinagre	4,685 l	93
Sal	4,771 kg	98

Embora o consumo da quase totalidade dos artigos alimentares esteja diretamente relacionado com o poder aquisitivo dos consumidores, convém, no entanto, ressaltar alguns casos em que

a influência da renda é bem mais significativa, notando-se uma variação muito grande entre os consumos médios verificados nos níveis de renda mínimo e máximo.

TABELA 3

RECIFE

*Consumo Per Capita de Alguns Produtos Alimentares
nos Níveis de Renda Mínimo e Máximo*

1967

Produtos	Unidade	Consumo anual per capita	
		No menor nível de renda	No maior nível de renda
Queijo	kg	0,125	11,520
Leite condensado	"	0,066	6,760
Doce em massa	"	0,705	8,640
Manteiga	"	0,678	7,104
Macarrão	"	3,426	13,824
Doce em massa	"	0,705	8,640

Como se vê, para os produtos leite condensado e queijo, o consumo médio das pessoas enquadradas na mais alta faixa de rendimentos equivale a quase 100 vezes a média daquelas situadas no menor nível de renda.

A pesquisa constatou ainda que cerca de 70% do consumo total dos produtos alimentares pesquisados concentram-se entre os habitantes da área que auferem renda *per capita* mensal entre NCr\$ 20,00 e NCr\$ 160,00.

Consoante inquérito realizado pela Fundação Getúlio Vargas na cidade do Recife, em 1961/62 ⁽¹⁰⁾ os gastos realizados pelas famílias ali residentes com os 25 artigos alimentares constantes desta pesquisa representavam, aproximadamente, 9% do montante de suas despesas correntes.

PRODUTOS DE VESTUÁRIO

Dentre os produtos de vestuário, foram considerados no inquérito os quatorze de uso mais comum. Levando-se em conta o tipo de consumidor, os artigos em estudo foram classificados de acordo com os quatro subgrupos seguintes:

a) PARA HOMEM — Camisa esporte, calça, camisa social, meias, pijama, terno, gravata e calção de banho;

b) PARA MENINO — Camisa esporte, calça, meias, pijama, terno e calção de banho;

c) PARA MULHER — Meias, vestido, saia, blusa, pijama, camisola e maiô;

d) PARA MENINA — Meias, vestido, saia, blusa, pijama, camisola e maiô.

É oportuno observar que, para a maioria dos artigos deste grupo incluídos na pesquisa, levantou-se o consumo anual; apenas para terno, gravata, calção de banho e maiô, por terem vida útil superior a um ano, registrou-se a sua disponibilidade.

No que concerne à frequência dos domicílios no consumo de vestuário, constatou-se que mais da metade das peças incluídas no questionário são utilizadas em mais de 50% dos domicílios investigados, destacando-se os artigos camisa esporte, meias e calça (p/homem), e camisola, blusa, saia e vestido (p/mulher), que são utilizados em mais de 4/5 das residências visitadas.

A demanda pela maioria dos produtos de vestuário revelou-se bastante sensível à elevação da renda, mormente entre as peças usadas por menino e menina, onde a grande diferença entre os índices de consumo *per capita*, verificados nos níveis de renda extremos, evidencia claramente a influência direta do poder aquisitivo dos consumidores.

CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO E PLÁSTICO

A exemplo do que se fez para os artigos de vestuário, classificou-se o consumo de calçados e artefatos de couro e plástico em quatro subgrupos, conforme a tabela seguinte que apresenta o consumo médio dos artigos para cada tipo de consumidor.

10) Pesquisa sobre Orçamentos Familiares — Recife (PE), 1961/62.

TABELA 4

Consumo médio anual de calçados e artefatos de couro e plástico, segundo o tipo de consumidor

1967

Produtos	Unid.	Consumo Médio Anual			
		P/ homem	p/menino	p/mulher	p/menina
Sapatos de couro	Par	2,215	1,570	2,590	1,335
Sapatos de plástico	"	0,146	0,228	0,142	0,235
Chinelos de couro	"	0,274	0,043	0,217	0,053
Chinelos de plástico	"	0,904	1,039	1,044	1,004
Alpercatas de couro	"	0,084	0,133	0,221	0,077
Alpercatas de plástico	"	0,004	0,061	0,048	0,054
Bolsa-pasta de couro	Unid.	0,259	0,214	0,771	0,155
Bolsa-pasta de plástico	"	0,101	0,169	0,134	0,175
Carteira de couro	"	0,513	0,060	0,378	0,042
Carteira de plástico	"	0,125	0,047	0,170	0,049

O consumo *per capita* anual dos produtos de couro, de um modo geral, cresce à medida que a renda se eleva, o que não ocorre com os artigos de plástico, cujos índices de utilização, excetuando-se chinelos, apresentam grandes oscilações, chegando mesmo a não acusar qualquer consumo em alguns níveis de renda, principalmente nos mais elevados.

A frequência dos domicílios no uso dos produtos deste grupo revelou-se baixa para a maioria deles, destacando-se apenas chinelos de plásticos e sapatos de couro (p/homem) e bolsa-pasta de couro, chinelos de plástico e sapatos de couro (p/mulher), cujo

consumo foi constatado entre mais da metade das famílias inquiridas.

PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA

Dos produtos que poderiam compor este grupo foram incluídos dezenove artigos considerados indispensáveis a uma higiene doméstica razoável. Com exceção dos três tipos de sabão (em barra, em pó e de côco), cujas estimativas se basearam no consumo *per capita*, os demais artigos foram estudados em termos de consumo domiciliar.

Ordinariamente, o consumo *per capita* ou por domicílio dos

produtos de limpeza doméstica cresce à medida que a renda se eleva, constituindo exceção apenas o artigo vassoura de palha, cujo consumo está inversamente relacionado com o poder aquisitivo dos consumidores.

No que diz respeito à frequência dos domicílios no consumo

dêsses artigos, o inquérito constatou que apenas seis dos dezenove dêste grupo são utilizados em mais de 50% das residências investigadas. Os seis artigos que revelaram ser consumidos em mais da metade das unidades visitadas, com os respectivos consumos médios, são os seguintes:

— espanador	(por domicílio) ...	1.044 unid.
— lustra móveis (óleo)	(" ") ...	9.086 vidros
— vassoura de piaçava	(" ") ...	5.709 unid.
— água sanitária	(" ") ...	13.697 litros
— esponja de aço	(" ") ...	1.272 kg
— sabão em barra	(<i>per capita</i>) ...	7.119 "

PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL

Cêrca de catorze artigos dos vinte e dois que foram selecionados, revelaram frequências superiores a 50%. Merecem destaque os produtos toalha de rosto, sabonete, escôva para dentes, dentífrício e pente, todos êles consumidos em mais de 90% das residências pesquisadas.

O consumo *per capita* da maioria dos artigos de higiene pessoal revelou-se bastante sensível à elevação da renda dos consumidores. Com efeito, alguns produtos como água de barbear, ruge, laquê, desodorante, *shampoo*, palito e papel higiênico experimentaram aumentos consideráveis entre as médias de consumo registradas no menor e no maior níveis de renda da população.

Apenas quatro produtos — pó, óleo para cabelo, brilhantina e pente —, reconhecidos como de uso generalizado entre as camadas mais pobres da população, não revelaram tendência cres-

cente de seus índices de consumo *per capita* à medida que a renda aumenta, notando-se mesmo decréscimo nas médias verificadas para os níveis de rendimentos mais elevados.

BENS DURAVEIS

Neste grupo, foram incluídos trinta e dois produtos e todos êles foram registrados como disponibilidade, tendo em vista que o período de vida útil dos mesmos é, quase sempre, superior a um ano.

De um modo geral os índices de disponibilidade *per capita* e por domicílio dos bens dêste grupo crescem com os níveis de renda, constituindo exceção apenas os produtos fogão a lenha e a que-rosene e liquidificador cujas médias por domicílio decrescem à proporção que se eleva o poder aquisitivo das pessoas.

A frequência dos domicílios que dispõem dêsses bens revelou-se baixa para a maioria dêles, uma vez que se trata de artigos

cuja posse constitui-se quase que um privilégio das famílias de renda mais alta. Assim, apenas nove artigos — liquidificador, rádio de mesa elétrico, máquina de costurar, ferro de engomar elétrico, peças avulsas de bateria, fogão a gás, peças avulsas de fogueiro, guarda-chuva e colchões diversos — registraram frequências superiores a 50%, enquanto que cerca de 1/3 dos bens duráveis são utilizados em menos de 1/5 das residências visitadas.

PRODUTOS DIVERSOS

Classificaram-se como *produtos diversos* os treze artigos cujas características não permitiram

sua inclusão nos grupos anteriores.

Não obstante ter-se observado certa irregularidade na tendência do consumo *per capita* ou por domicílio de alguns artigos entre os níveis de renda considerados no inquérito, verificou-se, no entanto, que, em linhas gerais, a demanda pelos *produtos diversos* sofre influência direta da renda da população.

Com relação à frequência dos domicílios no consumo desses artigos, constatou-se que sete deles — pasta para sapatos, toalhas de mesa (plástico e tecido), colcha de cama, fronha, lâmpada elétrica e lençol — são utilizados em mais da metade das unidades pesquisadas.